

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	8
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	29
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	34
10.5 - Políticas contábeis críticas	35
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	50
10.8 - Plano de Negócios	51
10.9 - Outros fatores com influência relevante	54

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Valid possui Política de Gestão de Riscos (PL.01.008) e Manual de Gestão de Riscos Corporativos (MG 01.005), ambos em vigor desde 24 de julho de 2015, aprovados pelo Diretor Presidente, com aval da diretoria executiva, na qual a companhia classifica seus riscos em 5 categorias

Risco Estratégico	São os riscos associados à tomada de decisões estratégicas da organização, para atingir seus objetivos de negócio, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa para se proteger ou se adaptar as mudanças de cenário, podendo gerar perda substancial para a empresa.
Risco Financeiro	São riscos relacionados com a gestão e controles ineficazes dos meios financeiros da organização e com efeito dos fatores externos. Exemplo: disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e taxas de juros.
Risco Legal / Conformidade	É o risco de sanções legais, pela inobservância de dispositivos legais ou regulatórios, ou ainda ao descumprimento de contratos. Exemplo: Ações ajuizadas pela empresa ou contra ela, inadequação formal de contrato, a interpretação de suas cláusulas e sua conformidade com a legislação pertinente, interpretação indevida da legislação, código de ética e conduta, e outros regimentos internos.
Risco Operacional	Os riscos operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receita) resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas assim como os eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais. Exemplos: falhas em aspectos lógicos do processamento eletrônico de dados e de telecomunicações, inadequação de aspectos físicos da estrutura logística e tecnológica, atos realizados intencionalmente ou não, que possam prejudicar o funcionamento e/ou causar impacto financeiro, overload de sistemas ou estrutura, entre outros.
Imagem	O risco de imagem está associado a perdas em decorrência da alteração na reputação da empresa, junto aos seus clientes, acionistas, concorrentes, órgãos governamentais e etc., decorrentes de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A política abrange todos os administradores (diretores, membros do Conselho de Administração e Comitês) e colaboradores.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais se busca proteção são aqueles identificados como críticos na Matriz de Riscos (Probabilidade versus impacto) utilizada pela Companhia.

A identificação dos riscos é realizada através da elaboração de uma listagem construída por meio de reuniões do tipo *brainstorming*, levantando tanto os riscos conhecidos como os desconhecidos. Os riscos desconhecidos são aqueles que nunca aconteceram no contexto da empresa, porém são riscos exequíveis, ou seja, poderão ocorrer. Após a listagem, os riscos devem ser definidos e depois classificados, tornando-os aderentes ao negócio da empresa.

A classificação auxilia a organização a ter visão do portfólio dos riscos, na medida em que os agrupa de acordo com suas principais causas. Cabe destacar que a classificação está relacionada à origem/natureza do risco e não ao seu impacto.

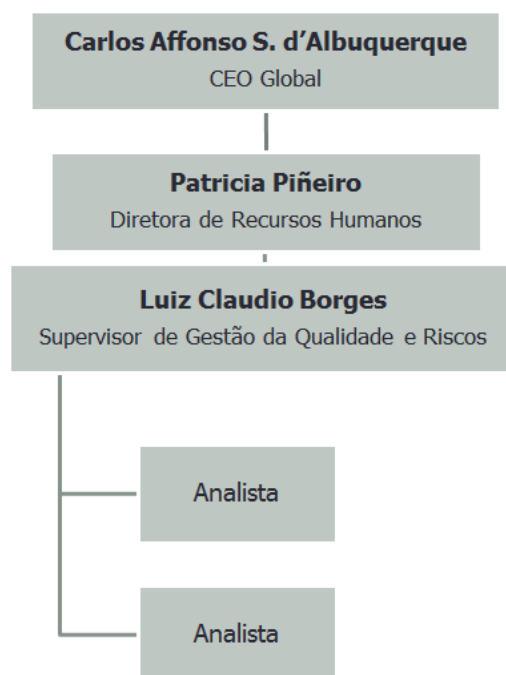
ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados para proteção são o mapeamento de riscos e os pontos de controle de riscos.

Depois de identificados, avaliados e mensurados, deve-se definir a priorização de tratamento dos riscos posicionados no quadrante vermelho da Matriz de Riscos Residuais.

Como ferramenta de tratamento utiliza-se a elaboração de plano de ação, com técnica de perguntas 5W e 2H.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da VALID possui um processo de Gestão e Análise de Riscos utilizando o conceito de gestão retro-alimentativa (ciclo do PDCA), com monitoramento do sistema de gestão por indicadores em softwares específicos para gestão e monitoramento.

Este processo deve ser conduzido pelos gestores da VALID e respectivos colaboradores, aplicado no estabelecimento de estratégias formuladas para identificar, em todas as áreas, eventos em potencial, capazes de afetar tanto os objetivos estratégicos como os operacionais, e administrar os riscos para mantê-los compatíveis com o apetite definido, e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos objetivos da Empresa.

A diretoria entende que o ambiente de controles internos mantido pela Companhia apresenta grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros. Não obstante, esforços tem sido envidados para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos na execução das rotinas e ganho de competitividade. Ajustes de eventuais adaptações nos procedimentos de controles internos são realizados à medida que se julguem necessários.

Os processos adotados estão linha com as boas práticas de governança corporativa, com os riscos e o ambiente de controle sendo periodicamente reportados nos fóruns competentes, incluindo o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Conforme já mencionado no item 5.1.a, a Valid S/A, possui uma política de Gestão de Riscos e Manual de Gestão de Riscos Corporativos, ambos em vigor desde o dia 24 de Julho de 2015, aprovados pelo diretor Presidente, com o aval da diretoria executiva.

A Política de Gestão de Riscos, tem como objetivo estabelecer princípios e diretrizes-chaves que pautam a atuação da Valid nas questões relativas aos Riscos Corporativos.

Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção:

A companhia busca proteção aos riscos inerentes ao nosso negócio, que possam impactar a nossa operação e nosso resultado que são principalmente a taxa de câmbio, taxa de juros e taxa de inflação. Não existe uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto nossos riscos são gerenciados de forma contínua pela área financeira, juntamente com a diretoria.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Valid não utiliza instrumentos financeiros com o objetivo de proteção. Mesmo assim estamos sempre consultando as instituições financeiras a fim entender as melhores práticas de mercado em caso de uma eventual necessidade de contratação. Além disso a Companhia realiza um monitoramento constante do fluxo de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira ou atrelados à moeda estrangeira, monitoramento dos saldos contábeis do balanço patrimonial atrelados a moeda estrangeira, além do monitoramento da cotação de moedas estrangeiras que possam influenciar o fluxo de pagamentos e recebimentos.

É importante ressaltar o fato da companhia possuir subsidiárias no exterior, o que acaba resultando em um hedge natural, já que as receitas e despesas são realizadas na mesma moeda.

Com relação ao controle de excedente de caixa, nossas aplicações são feitas de forma conservadora, aplicando o caixa principalmente em operações compromissadas e CDB's dos bancos com os melhores ratings em escala nacional.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial.

Conforme relatado no item "ii", a companhia não utiliza no momento instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial. Entre as possibilidades avaliadas continuamente estão: futuros, opções e swaps.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

• **Risco Cambial**

Para o gerenciamento do risco cambial na gestão do fluxo de caixa, a Companhia realiza um acompanhamento constante da exposição cambial em suas linhas de negócios/operações. Para as linhas de negócio que possuem exposição relevante são simulados cenários prováveis para a taxa de câmbio e é verificado os efeitos na margem operacional. A partir do resultado desta análise são elaborados planos de ação.

Com relação as obrigações de empréstimos, a Companhia tem como prática analisar e monitorar a compatibilidade da geração de caixa na moeda a qual possui obrigações, reduzindo desta forma o risco cambial.

• **Risco de taxa de juros**

O gerenciamento do risco da taxa de juros é feito primeiramente através do acompanhamento da curva futura de juros e das expectativas de mercado. Com estas informações são feitas simulações para analisar os efeitos na gestão do fluxo de caixa e no patrimônio da Companhia.

Outra prática da Companhia para minimizar o risco da taxa de juros é alocar seu caixa em ativos financeiros com o mesmo indexador de duas dívidas mitigando desta forma o risco.

• **Risco de Liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é feito com o controle e avaliação constante da Companhia e de suas controladas, do fluxo de caixa de modo a garantir que a geração de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do cronograma de compromissos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

• Risco de Crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito através do seu conta a receber e dos depósitos bancários.

Para minimizar o risco de crédito do contas a receber a Companhia realiza uma análise de crédito da contraparte como quesito fundamental para a operação, quando a contraparte não passa no crivo da análise de crédito são solicitadas garantias para continuar com a operação.

Para o risco de crédito dos depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo a companhia tem como política operar com instituições sólidas e com os melhores Rating de Crédito, outra prática adotada pela Companhia para colaborar na redução deste risco é a diversificação das aplicações em diversas instituições bancárias.

v.Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são os seus objetivos

Não utilizamos no momento instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), mas conforme mencionado no item "b.ii", monitoramos constantemente as opções disponíveis no mercado em caso de uma necessidade eminente.

vi.A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Valid ainda não possui uma estrutura organizacional formalizada exclusivamente para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto os riscos identificados em nosso negócio são constantemente monitorados pela área financeira e diretoria seguindo o planejamento estratégico da Companhia. Além disso adotamos um perfil conservador em nossos investimentos utilizando sempre os bancos com os melhores ratings em escala nacional.

A Companhia dispõe ainda do Comitê de Auditoria, responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração e manutenção de relacionamento efetivo com a Diretoria, as auditorias, interna e independente, e com o Conselho Fiscal da Companhia. Sua função é fornecer opiniões independentes e objetivas sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e de sua governança, identificando desvios e propondo melhorias, opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente e elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras.

A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A alta administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como sobre o acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta e está baseada em práticas internacionais, tais como ISO31.000, ISO31.010 e COSO I e II, ajudando a definir limites de riscos apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites definidos.

As avaliações dos controles corporativos relacionados à gestão de riscos de mercado são realizadas pela Diretoria Financeira, as quais consideram adequadamente as características de cada processo, e permitam concluir que as políticas, relatórios, processos de disponibilização de informações gerenciais, bem como a estrutura de governança sejam adequados à gestão do risco de mercado da Companhia.

Da mesma forma, as avaliações de eficácia dos controles internos em ambiente de Tesouraria e outros departamentos, tem por objetivo concluir que os mesmos mitigam os riscos operacionais relacionados à gestão do risco de mercado da Companhia, sendo que eventuais aprimoramentos são objeto de planos de ação, os quais são tempestivamente acompanhados pela Diretoria Financeira. Não obstante, esforços têm sido constantemente envidados para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos na execução das rotinas e ganhos de competitividade.

Com base nestes critérios, e considerando que a Companhia tem empenhado esforços no aprimoramento de seus controles internos nas áreas apontadas em relatório do auditor independente, a administração acredita que as práticas existentes estão adequadas para verificar a efetividade das políticas adotadas com relação ao gerenciamento dos riscos de mercado.

A Companhia dispõe ainda do Comitê de Auditoria, responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração e manutenção de relacionamento efetivo com a Diretoria, as auditorias, interna e independente, e com o Conselho Fiscal da Companhia. Sua função é fornecer opiniões independentes e objetivas sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e de sua governança, identificando desvios e propondo melhorias, opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente e elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia.

A Companhia juntamente com uma empresa especializada documentou seus processos financeiros visando garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). A Companhia está atenta às novas tecnologias e está investindo em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Devido a limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. As projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

(b) estruturas organizacionais envolvidas:

As principais áreas envolvidas são:

- (i) Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Superintendência de Controladoria para elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicadas.
- (ii) Comitê de Auditoria – reporta-se ao Conselho de Administração e mantém relacionamento efetivo com a Diretoria, as auditorias, interna e independente, e com o Conselho Fiscal da Companhia. Sua função é fornecer opiniões independentes e objetivas sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e de sua governança, identificando desvios e propondo melhorias, opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente e elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras.

(c) supervisão dos controles internos pela administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A Superintendência de controladoria é responsável pela revisão dos controles internos adotados que garantem a correta preparação dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa de forma razoável e em todos os aspectos relevantes de confiabilidade. A Companhia comprometida com as Melhores Práticas de Governança Corporativa implementou uma área de auditoria interna para aprimorar e fortalecer o ambiente de controles internos e identificação de riscos.

A Auditoria Interna fornece opiniões independentes e objetivas sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e de sua governança, identificando desvios e propondo melhorias que visam resguardar os interesses da Companhia e dos Acionistas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente:

Não houve nenhum controle interno de risco significativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente:

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas
- (ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes
- (iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
 - se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
 - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
 - órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 14 de julho de 2017, a Diretoria da Companhia aprovou, por unanimidade, a implementação do Programa de Compliance Global da Companhia, as políticas e procedimentos a ele inerentes, o Código de Ética e Conduta Global, bem como a contratação de um canal de denúncias externo e independente.

Dentre os mecanismos e procedimento de integridade adotados estão a Política Anticorrupção Global, a Estrutura de Compliance, o Procedimento de Investigação Interna, a Política Global de Compras, a Política Global de Vendas, dentre outros. O Programa de Compliance prevê a revisão anual dos riscos para a consequente adaptação dos referidos documentos, sempre que necessário.

A Estrutura de Compliance da Companhia é composta pela área de Legal Compliance, que se reporta diretamente ao Comitê de Ética e à Presidência da Companhia. A área de Legal Compliance conta com o apoio das áreas de negócio/produção que, além de suas atividades ordinárias, desempenham o papel de multiplicar as ações, prezar pela manutenção da cultura de ética, integridade e transparência na Companhia. O Código de Ética e Conduta Global foi aprovado pelo Diretor Presidente em 8 de maio de 2017 e deverá ser revisado anualmente. Trata-se do documento por meio do qual a Valid consolida os seus princípios fundamentais e estabelece regras de condutas éticas, a partir dos seus valores, cultura e responsabilidade organizacional. Deve ser observado por todos os empregados, estagiários, aprendizes, administradores, conselheiros e acionistas da Valid e de suas controladas, coligadas e afiliadas bem como aos terceiros, tais como, clientes, parceiros de negócios, fornecedores diretos e indiretos, prestadores de serviços, representantes comerciais, agentes intermediários e associados, nas interações que mantêm entre si, com a Empresa, com o mercado e com a sociedade, no Brasil ou no exterior. A Companhia promoverá treinamentos anuais sobre o Código de Ética e Conduta Global e demais documentos que compõem o seu Programa de Compliance. Na ocorrência de violações aos dispositivos constantes no Código de Ética e Conduta Global e às demais políticas e procedimentos da Valid, os infratores estarão sujeitos a medidas disciplinares, que incluem advertência (verbal ou escrita), suspensão ou demissão, podendo ensejar a rescisão do contrato, conforme a natureza e a gravidade da infração e a legislação aplicável. O Código de Ética e Conduta Global pode ser consultado na página da Valid na rede mundial de computadores, no portal de Relações com Investidores.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Valid disponibiliza Canais de Denúncia para que todos os colaboradores e terceiros possam relatar, de forma identificada ou anônima, situações que caracterizem potencial violação aos princípios fundamentais e às regras de condutas, ou que estejam em desacordo com as políticas e procedimentos da Companhia, ou, ainda, que violem a legislação nacional ou internacional.

As denúncias são automaticamente dirigidas para uma instituição externa e independente, responsável pela classificação preliminar e posterior encaminhamento ao Comitê de Ética, garantindo o anonimato do denunciante.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Comitê de Ética é o órgão responsável por analisar sugestões, críticas ou denúncias relacionadas aos princípios e regras descritos neste Código, e recomendar as respectivas ações corretivas. É composto por representantes do Departamento de Recursos Humanos, Gestão da Qualidade e Legal Compliance.

O Comitê de Ética se reporta diretamente à Presidência.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Valid possui o Prodecimento para a Realização de Due Diligence de Terceiros, cujo objetivo é identificar os riscos advindos de prestadores de serviços, representantes, parceiros de negócios, fornecedores e consultores ("terceiros"), com foco em riscos oriundos de atos de corrupção. Este documento foi elaborado como uma das etapas do Plano de Monitoramento Contínuo do Programa de *Compliance* Global da VALID, para proporcionar à empresa e aos seus colaboradores o conhecimento de seus parceiros de negócios e os potenciais riscos desta relação.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Com relação ao último exercício social, não houve nenhuma alteração significativa nos principais riscos identificados na organização.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações relevantes sobre o item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A multinacional brasileira Valid é provedora global de soluções seguras com presença no Brasil, Argentina, Espanha, México, Uruguai, Colômbia, Estados Unidos, Dinamarca, Ásia, África e Oriente Médio. Criada em 1957, hoje é uma das principais produtora de cartões financeiros e a quinta maior fornecedora de SIM Cards do mundo. A Valid fornece soluções em Meios de Pagamento, Telecomunicações, Sistemas de Identificação e Certificação Digital.

Patrimônio Líquido e Caixa*

R\$ milhões	2017	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa com liquidez imediata	296,9	394,8	241,3
Títulos e Valores Mobiliários	17,4	6,2	9,3
Patrimônio Líquido	990,7	992,1	1.078,2
Dívida Líquida	508,6	406,7	510,1
Dívida LÍq. / Patrimônio Líquido	0,51	0,41	0,47

(*) Informações de acordo com o Balanço Patrimonial Consolidado.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 990,7 milhões, um decréscimo de 0,1% ou R\$1,4 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2016. Quando comparamos 2017 com 2015, observamos uma redução no patrimônio líquido de R\$ 87,5 milhões, em função da tradução cambial dos investimentos da Companhia fora do Brasil. Em dezembro de 2015 fechamos o ano com um câmbio de R\$ 3,90, e de R\$ 3,31 em 2017. Tivemos uma redução na rubrica de ajustes acumulados de conversão de 304,1% equivalentes a R\$106,3 milhões.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 992,1 milhões, um decréscimo de 8,0% ou R\$86,1 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2015. Isso ocorreu, principalmente, em função da tradução cambial dos investimentos da Companhia fora do Brasil. Em dezembro de 2015 fechamos o ano com um câmbio de R\$ 3,90, e de R\$ 3,26 em 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$296,9 milhões e o montante de R\$16,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$313,6 milhões em disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$508,6 milhões, aumento de 25,1% em relação a 2016. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2017 ficou em 0,51, ao passo que atingiu 0,41 em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$394,8 milhões e o montante de R\$5,8 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$400,6 milhões de disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$406,7 milhões, redução de 20,3% em relação a 2015. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2016 ficou em 0,41, ao passo que atingiu 0,47 em 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$241,3 milhões e o montante de R\$9,3 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$250,6 milhões de disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$510,1 milhões, crescimento de 71,1% em relação a 2014. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2015 ficou em 0,47, ao passo que atingiu 0,50 em 2014.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais*

Índices de endividamento	2017	2016	2015
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo Total)	51,9%	52,2%	50,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Composição de Endividamento Geral (Passivo Circulante / Passivo Total)	41,9%	50,3%	40,6%
Imobilização do PL (Ativo Permanente / Patrimônio Líquido)	103,0%	103,7%	107,4%
Índices de Liquidez	2017	2016	2015
Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	1,92	1,66	1,99
Liquidez Seca ((Ativo Circulante – Estoque) / Passivo Circulante)	1,65	1,42	1,58

(*) Informações de acordo com o Balanço Patrimonial Consolidado.

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, teve um aumento de 1,9 p.p entre 2015 e 2017.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No caso da Valid S.A., verifica-se maior concentração em dívidas de longo prazo no ano de 2017.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Companhia está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Nos anos de 2015 a 2017, o perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor capital intensivo.

A Liquidez Corrente e Liquidez Seca, que refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, a Companhia apresenta no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a 2017, um índice satisfatório.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a mesma possui uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2017, por um endividamento bruto de R\$ 805,5 milhões, sendo 31,8% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 68,2% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento bruto era de R\$801,5 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 751,4 milhões.

A seguir também é apresentada a estrutura de capital nos 3 ultimos exercícios sociais, entre: Capital Próprio e Capital de Terceiros, apurados da seguinte forma:

(em milhares de R\$)	<u>Em 31 de dezembro de</u>		
	2015	2016	2017
Capital Próprio:	1.078.226	992.150	990.695
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.065.756	980.721	979.001
Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	12.470	11.429	11.694
Capital de Terceiros	1.078.013	1.082.547	1.069.070
Passivo Circulante	437.464	544.083	448.118
Passivo não circulante	640.549	538.464	620.952
Capital Total	2.156.239	2.074.697	2.059.765

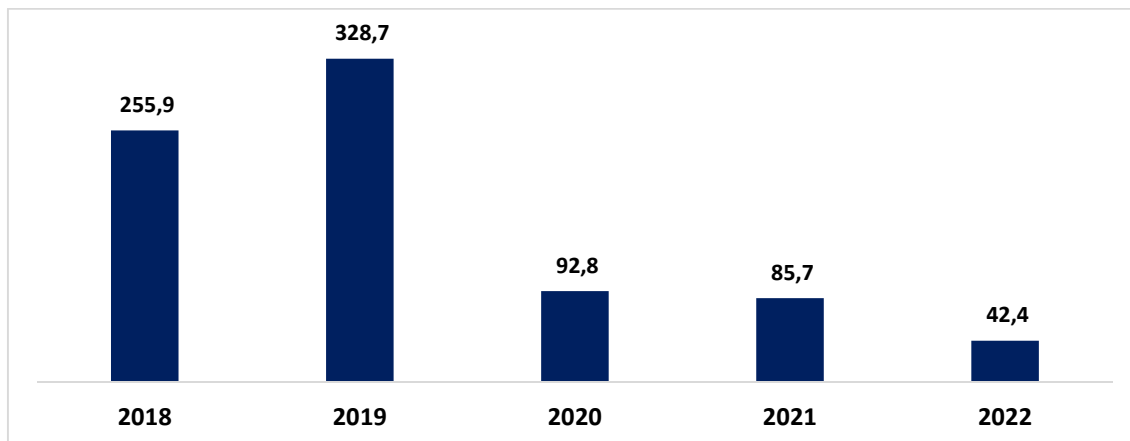
Os recursos próprios apresentados pela Companhia dividem-se em: (i) capital social; (ii) reservas de capital e ações em tesouraria; (iii) reservas de lucros; (iv) ajustes de acumulados de conversão; e (v) proposta de distribuição de dividendo adicional. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Valid totalizou R\$ 990,7 milhões (R\$ 992,1 em 2016 e 1.078,2 em 2015), representando uma redução de 0,1% em relação a 31 de dezembro de 2016 e aumento de 8,1% em relação a 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradores de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são de curto prazo. A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercado de risco e/ou de derivativos. Além disso, apresentamos sólidos indicadores de liquidez.

Adicionalmente, os diretores entendem que a dívida total de R\$ 805,5 milhões, está escalonada ao longo dos anos, com 72,4% vencendo em 2 anos, conforme gráfico abaixo:



Há que se destacar que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinaranciar sua dívida.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2017 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da controlada Valid Espanha, nos montantes de: USD 50 milhões junto aos bancos Itaú BBA e USD 50 milhões junto ao banco Santander.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2016 foram: (i) captação em moeda estrangeira através da controlada Valid USA, nos montantes de: USD 17 milhões junto aos bancos Citibank (ii) 6ª emissão de debêntures no segundo trimestre de 2016 no montante de R\$199,613 milhões a um custo de 114,88% da taxa média DI acumulada.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2015 foram: (i) aumento de capital no montante de R\$380,2 milhões líquidos dos custos de emissão; (ii) captação em moeda estrangeira através da controlada Valid USA, nos montantes de: R\$26,0 milhões, R\$29,9 milhões e R\$136,9 milhões junto aos bancos Itaú BBA International plc, HSBC Bank USA e Banco Bradesco S.A. respectivamente (iii) 5ª emissão de debêntures no segundo trimestre de 2015 no montante de R\$62,5 milhões a um custo de 109% da taxa média DI acumulada para pagamento da parcela da 4ª emissão de debêntures.

Historicamente, a Companhia tem financiado suas atividades com capital próprio, devido a sua forte geração de caixa e baixo nível de endividamento. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a nossa dívida líquida era respectivamente de R\$ 508,6, R\$ 406,7 milhões e R\$510,1 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de linhas de crédito junto a instituições financeiras, e também da utilização da geração de caixa própria. Os diretores acreditam que caso a nossa capacidade de geração de caixa seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, conseguiremos saná-las através de contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras ou utilização da linha de crédito já contratada. A necessidade de captação de operações mais estruturadas tem o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a composição de nossos principais instrumentos de dívida (em R\$ mil):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid S.A
Valor total	US\$1.071 mil	US\$151 mil	R\$12.045
Data de Vencimento	Março/18	Agosto/18	Maio/2018
Remuneração	1,09% a.a.	6,16% a.a.	IPC-Fipe
Garantia	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais	Mensais

Consolidado

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	325.633	390.698	254.548
Leasing	10.239	37.534	24.625
Financiamentos	5.129	11.840	18.344
Empréstimos	464.483	361.398	453.906
Total	805.484	801.470	751.423
Circulante	255.885	326.049	168.175
Não circulante	549.599	475.421	583.248

As principais características de nossos empréstimos e financiamentos estão indicadas nas tabelas abaixo:

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid USA
Valor total	US\$52.500 mil	US\$10.000 mil	US\$10.000 mil	US\$10.000 mil
Data de Vencimento	Novembro/18	Abril/19	Outubro/19	Janeiro/20
Remuneração	2,64% a.a.	Libor + 2,70% a.a.	Libor + 2,65% a.a.	Libor + 2,70% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Semestrais (a partir de Abr/16)	Trimestral (a partir Dez/15)	Semestral (a partir Jan/17)
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Semestrais (a partir de Out/14)	Trimestral (a partir Dez/14)	Semestral (a partir Jul/15)

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (b)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid Espanha	Valid Espanha
Valor total	US\$10.000 mil	US\$17.000 mil	US\$50.000 mil	US\$50.000 mil
Data de Vencimento	Março/20	Jun/19	Maio/22	Maio/22
Remuneração	Libor 3 Meses + 2,65% a.a	Libor 3 Meses + 2,65% a.a	5,5% a.a	Libor 6 meses + 3,5% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A
Amortização do principal	Trimestral a partir de Set/16	Semestral a partir Dez/16	Semestral a partir de maio/18	Semestral a partir de maio/19
Pagamento de juros	Trimestrais a partir de Jun/15	Trimestrais partir de Set/16	Semestral a partir de nov/17	Semestral a partir de nov/17

Descrição	Financiamentos (b)
Tomador	Valid Certificadora
Valor total	R\$29.875
Data de Vencimento	Setembro/18
Remuneração	TJLP + 1,5% a.a
Garantia	Fiança Bancária
Amortização do principal	Mensais (a partir de Out/14)
Pagamento de juros	Trimestrais até Set/14 e mensais a partir de Out/14

Descrição	Leasing (c)	Leasing (c)
Tomador	Valid USA	Valid USA
Valor total	US\$2.153 mil	US\$854 mil
Data de Vencimento	Maio/22	Junho21
Remuneração	5,42% a.a	5,80% a.a.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Garantia	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais

Debêntures (d)	4ª emissão-30/04/2013	5ª emissão-24/06/2015	6ª emissão-24/06/2016
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013	Reunião do Conselho de Administração em 25/05/2015	Reunião do Conselho de Administração em 11/05/2016
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações	6.250 debêntures simples não conversíveis em ações	199.613 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$10	R\$10	R\$1.000
Valor total	R\$250.000	R\$62.500	R\$199.613
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	Abril/18	Junho/18	Junho/19
Remuneração	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)	109% da Taxa média DI Acumulada	114,8% da Taxa média DI Acumulada
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano	Parcela única no vencimento	Parcela única no vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir de Dez/15	Semestral, a partir de Dez/16
"Rating" pela Moody's	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)

Empréstimos

- 1) 26 de novembro de 2012 - empréstimo captado junto ao Deutsche Bank S.A., no valor de US\$52,5 milhões (correspondente à R\$109,1 milhões), à taxa de 2,64% ao ano, para aquisição dos ativos da empresa Vmark, através da subsidiária Valid USA. O empréstimo tem vencimento em 6 anos, com pagamentos de juros semestrais e amortização semestral a partir do ano de 2014. A Controladora é garantidora desse empréstimo.
- 2) 29 de abril de 2014 - empréstimo captado junto ao Itau BBA International plc., através da subsidiária Valid USA, no montante de US\$10,0 milhões (correspondente à R\$22,4 milhões), à taxa de LIBOR 6M + 2,70% ao ano, para arcar com os custos de reestruturação da empresa. O empréstimo tem vencimento em 5 anos, com pagamentos de juros semestrais e amortização semestral a partir do ano de 2016. A Controladora é garantidora desse empréstimo.
- 3) Em 31 de outubro de 2014, a Valid USA contratou linha de crédito de US\$20,0 milhões junto ao HSBC Bank USA. Desta linha, foi realizada em 31 de outubro de 2014 a captação de US\$10,0 milhões (correspondente à R\$24,4 milhões), sendo aproximadamente US\$3.000 mil para honrar compromissos com aquisição de ativos imobilizados e US\$7.000 mil para capital de giro e, em 30 de abril de 2015, captou os US\$10,0 milhões remanescentes (correspondente à R\$29,9 milhões). A Controladora é garantidora desse empréstimo.
- 4) 29 de janeiro de 2015 – empréstimo captado junto ao Itau BBA International plc., através da subsidiária Valid USA, no montante de US\$10,0 milhões (correspondente à R\$26,0 milhões) com o objetivo de obter caixa para a aquisição da Valid Secure Packaging, Inc. A Controladora é garantidora desse empréstimo.
- 5) 12 de junho de 2015 – empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A., através da subsidiária Valid USA, no montante de US\$44,0 milhões (correspondente à R\$136,8 milhões), à taxa de juros de LIBOR 12M + 3% ao ano, com o objetivo de obter caixa para a aquisição da empresa Marketing Software Company, LLC. A Controladora é a garantidora desse empréstimo.
- 6) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos a título de juros sobre empréstimos o montante de R\$21,7 milhões (R\$14,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).
- 7) Em 10 de maio de 2016, a Valid USA contratou uma linha de crédito de US\$ 17.000 mil junto ao Banco Citibank S.A. Desta linha, foi realizada em 10 de maio e 30 de setembro de 2016, a captação de US\$ 10.000 mil e US\$ 7.000 mil (correspondente à R\$ 35,9 milhões e R\$ 22,7 milhões), à taxa de juros de LIBOR 3M + 2,65% a.a., respectivamente, com objetivo de reposição do caixa para liquidação de compromissos no curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 8) Em 18 de maio de 2017 e 2 de junho de 2017, a Valid Espanha contratou duas linhas de crédito de US\$50.000 mil junto ao Itaú BBA e US\$50.000 mil junto ao banco Santander para honrar compromissos e reposição de caixa para pagamento de suas dívidas.
- 9) Os empréstimos preveem a manutenção de determinados covenants trimestrais, para os quais a Valid USA e Valid España cumpriram adequadamente as cláusulas contratuais na data-base de 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Demonstramos abaixo as principais cláusulas covenants financeiros e operacionais dos empréstimos das subsidiárias Valid USA e Valid Espanha:
- Dívida líquida dividido pelo Ebitda menor ou igual a três;
 - Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75;
 - A Companhia está restrita a:
 - (I) Entrar em fusão, consolidação ou amalgamação (a menos que a mesma tenha sido aprovada pelo credor);
 - (II) Liquidar, encerrar ou dissolver a si ou entrar em reorganização ou reestruturação corporativa;
 - (III) Em uma ou mais transações e se relacionado ou não, vender, transferir, designar ou dispor de todos ou substancialmente todos ativos ou propriedades (exceto que se funda ou consolide com outra Companhia, tendo que o devedor seja a que continue/sobreviva ou que a continuada/sobrevivente assuma as obrigações após a fusão);
 - (IV) Entrar em novo acordo, direta ou indiretamente, onde venda ou transfira qualquer propriedade, real ou pessoal, usado ou útil ao negócio, seja possuído ou que venha a ser adquirido, e, a partir de então, alugar a propriedade ou outra propriedade que tenha a intenção de usar para, substancialmente, o mesmo propósito que a propriedade vendida/transferida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos R\$252.920 (R\$91.929 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), sendo deste montante R\$21.701 (R\$14.462 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) a título de juros sobre empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos dos empréstimos registrados na Companhia e suas investidas estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Principal	461.837	357.404
Juros	2.646	3.994
Total	464.483	361.398
Circulante	120.528	230.686
Não circulante	343.955	130.712

Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, a Certificadora captou financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES") para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$29.875, tendo sido liberado o montante de R\$26.500 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O financiamento prevê a manutenção de determinados covenants exigíveis até o término do contrato para os quais a subsidiária Valid Certificadora cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Demonstramos abaixo as principais cláusulas de covenants financeiros e operacionais deste financiamento:

- Redução do quadro de pessoal da Beneficiária sem disponibilizar programa de treinamento, voltado a oportunidades de recolocação ao mercado de trabalho, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas em retrospectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem:
 - (I) Restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (II) Restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; e
 - (III) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Caso a aplicação dos recursos sejam divergentes do previsto no contrato;
- Na data de diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada da Beneficiária ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos referentes a este financiamento o montante de R\$7.428 (R\$7.827 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), sendo deste montante R\$646 (R\$1.131 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) a títulos de juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos dos financiamentos registrados na Companhia e suas investidas estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Principal	5.113	11.802
Juros	16	38
Total	5.129	11.840
Circulante	5.129	6.782
Não circulante	-	5.058

Leasing a pagar

A Companhia possui arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros. O prazo médio desses arrendamentos é de 6 anos. A Companhia possui opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento.

As obrigações da Companhia e suas investidas assumidas por meio de arrendamentos financeiros estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

A Companhia firmou, em abril de 2016, um aditivo ao contrato classificado como leasing financeiro, no montante de pagamentos mínimos de R\$12.045 com vigência de 27 meses referente a equipamentos de processamento de dados onde os bens serão revertidos sem custo, ao final do contrato, ao arrendatário. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto é de R\$1.785.

A Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$1.071 mil com vigência de 48 meses, em abril de 2014, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos no montante de R\$858, equivalentes a US\$268 mil (R\$930, equivalentes a US\$269 mil em 31 de dezembro de 2016).

Em janeiro de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$151 mil com vigência de 36 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos no montante de R\$174, equivalentes a US\$54 mil (R\$144 equivalentes a US\$42 mil em 31 de dezembro de 2016).

Em maio de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$2.153 mil com vigência de 72 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos de R\$1.319 (equivalentes a US\$413 mil).

Em junho de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$854 mil com vigência de 48 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuados pagamentos de R\$666 (equivalentes a US\$208 mil).

A seguir demonstramos os pagamentos mínimos futuros a pagar referentes aos arrendamentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 (não contempla encargos futuros).

	Controladora			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de leasing	1.785	-	-	1.785

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total de pagamentos mínimos líquidos	1.785	-	-	1.785
Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de leasing	4.208	6.031	-	10.239
Total de pagamentos mínimos líquidos	4.208	6.031	-	10.239

A Companhia possuía arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros, com prazo médio de seis anos e com opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. Em 16 de fevereiro de 2017, a Companhia efetuou a aquisição dos equipamentos arrendados pelo valor de US\$3.125 (equivalentes a R\$9.712), extinguindo-se a partir dessa data o contrato de arrendamento mercantil financeiro. Com a referida extinção do contrato, o passivo registrado na data foi novamente mensurado de acordo com as condições acordadas, passando de R\$18.512 para R\$9.712, com pagamento em quatro parcelas mensais, não havendo saldos em aberto em 31 de dezembro de 2017. Em função da nova mensuração da obrigação registrada pela Companhia, foi auferido um ganho reconhecido no resultado do período no montante de R\$8.800.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Principal	125.000	62.500
Juros	1.020	3.585
	126.020	66.085
Não circulante		
Principal	199.613	324.613
	199.613	324.613
Total	325.633	390.698

As debêntures preveem a manutenção de determinados covenants trimestrais, para os quais a Companhia cumpriu, adequadamente, as cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Demonstramos, abaixo, os covenants financeiros das debêntures da Companhia:

- Dívida líquida dividida pelo Ebitda menor ou igual a três;
- Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75.

Em 6 de julho de 2016, foi captado o montante de R\$199.613 referente à 6a emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos juros remuneratórios sobre as debêntures no montante de R\$40.784 (R\$47.372 em 2016).

Adicionalmente, divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (não considera encargos futuros):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	85.856	-	326.049
2018	127.805	131.687	255.885	254.315
2019	199.613	199.613	328.722	215.150

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2020	-	-	92.755	3.929
2021	-	-	85.659	1.534
2022	-	-	42.463	493
	327.418	417.156	805.484	801.470

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não temos outras relações de longo prazo.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se ainda que, em eventual concurso universal de credores, a classificação dos créditos é definida de acordo com as disposições da Lei 11.101/05, a saber: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidente de trabalho; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo, excetuadas as multas tributárias; (iv) créditos com privilégio especial, tais como definidos em lei; (v) créditos com privilégio geral, tais como definidos em lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas contratuais; (viii) créditos subordinados, tais como definidos em lei.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

O endividamento da Companhia é limitado pelo cumprimento, por parte da Emissora, dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis, devido à Emissão de Debêntures, os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA:

4ª Emissão de debêntures, 5ª Emissão de debêntures e 6ª Emissão de debêntures: Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00

$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$$

2) Relação de Cobertura de Juros:

4ª Emissão de debêntures, 5ª Emissão de debêntures e 6ª Emissão de debêntures: EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Financeira Líquida}} \geq 1,75$$

Para os fins do disposto acima, definem-se:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Companhia (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Companhia; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Companhia, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Companhia, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Companhia; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Companhia; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Companhia.

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido, relativo a um período de 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais e financeiros, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

“Despesa Financeira Líquida” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Todos os valores utilizados para cálculos dos índices acima mencionados referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Os indicadores financeiros da Companhia nos anos de 2015, 2016 e 2017 ainda ficaram abaixo dos covenants da Emissão (4ª, 5ª e 6ª emissão emissão Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x).

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Em 11 de setembro de 2012 foi captado financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), pela subsidiária Valid Certificadora para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$29,9 milhões, tendo sido liberado o montante de R\$26,5 milhões até 31 de dezembro de 2017.

Financiamento BNDES	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial (Circulante + não Circulante)	11.840	18.344	24.913
Pagamento de principal	(6.782)	(6.697)	(6.604)
Pagamento de juros	(646)	(1.131)	(1.566)
Apropriação de juros	717	1.324	1.601
Captação de financiamento ¹	-	-	-
Saldo inicial (Circulante + não Circulante)	5.129	11.840	18.344
Total captado acumulado:	26.500	26.500	26.500
% utilizado da linha de crédito de R\$29.875	88,7%	88,7%	88,7%

¹ Em 2012, foram liberados R\$12.000 milhões

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A discussão e análise das nossas condições financeiras e resultados das operações a seguir deve ser lida juntamente com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (que também apresentam números correspondentes a 2016), ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (que também apresentam números correspondentes a 2015), em cada caso acompanhadas das notas explicativas relacionadas às mesmas. As demonstrações financeiras incluídas neste item foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas investidas, a Administração da Companhia exerce julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes, se baseando na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os efeitos decorrentes dessas revisões reconhecidos de forma prospectiva.

POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Nossas políticas contábeis significativas estão descritas nas Notas Explicativas 2 e 3 das nossas demonstrações financeiras auditadas e não auditadas.

As políticas contábeis que adotamos são fundamentais para entender nossa posição financeira e os resultados das operações, sendo que estas envolvem decisões difíceis, complexas e subjetivas, frequentemente obrigando a administração a fazer estimativas sobre o efeito de questões que são inerentemente incertas.

A fim de oferecer uma compreensão de como nossa administração forma seus entendimentos sobre eventos futuros, incluindo os fatores e pressuposições subjacentes àquelas pressuposições, e a sensibilidade desses entendimentos com relação a diferentes circunstâncias, identificamos as seguintes políticas contábeis significativas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGC's individuais ou ao menor grupo de UGC's para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo ou da UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram identificadas perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia e suas investidas atuam.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

São registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas investidas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com risco de realização.

A Administração da Companhia e suas controladas entende que, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, os montantes provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício.

Provisão para participação nos lucros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A participação nos lucros é mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Provisão para reestruturação

Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A tabela a seguir expõe os resultados das operações nos períodos indicados:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.574,4	1.723,8	1.637,4
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.220,9)	(1.277,2)	(1.206,7)
Resultado bruto	353,5	446,6	430,7
Despesas com vendas	(115,1)	(163,9)	(120,6)
Despesas gerais e administrativas	(88,1)	(101,4)	(95,8)
Outras despesas operacionais	(54,9)	(68,1)	(26,0)
Resultado de equivalência patrimonial	(1,7)	-	0,1
Resultado antes do resultado financeiro	93,7	113,2	188,2
Receitas financeiras	74,1	53,0	102,6
Despesas financeiras	(103,4)	(98,8)	(116,8)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	64,4	67,4	174,0
Imposto de renda e contribuição social correntes	(27,2)	(36,4)	(49,3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9,4)	35,6	2,9
Lucro líquido exercício das operações em continuidade	27,8	66,6	127,6
Lucro líquido exercício das operações em descontinuidade	-	21,8	5,4
Lucro líquido total	27,8	88,4	133,1
Lucro atribuível a:			
Proprietários da Companhia	27,7	88,3	133,1
Participações não controladoras	0,1	0,1	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(1) Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo 31 de dezembro de 2016

Receita líquida

Nossa receita líquida de vendas reduziu 8,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$1.574,4 milhões, contra R\$1.723,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como resultado dos fatores descritos abaixo.

Abertura da Receita Líquida por Segmento

A discussão a seguir oferece uma divisão de nossa receita líquida por segmento:

Em nosso segmento de meios de pagamento, nossas receitas líquidas reduziram 16,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$631,0 milhões, contra R\$758,2 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com redução no nosso volume total de vendas em 10,9% no para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de 349,9 milhões, contra 392,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nossos resultados para este segmento são descritos abaixo por região geográfica:

Em nosso segmento de meios de pagamento na América Latina, nossa receita líquida de vendas reduziu 14,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$318,0 milhões, contra R\$370,3 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O volume de vendas em nosso segmento de meios de pagamento na América Latina retraiu 0,5% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de 128,4 milhões, contra 129,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O cenário continua desafiador para o mercado de cartões, porém, em 2018 já enxergamos um cenário de estabilização de volume, e, consequentemente de alavancagem operacional para a divisão devido às ações de ganho de eficiência que começaram a ser implementadas em 2017. Assim, a divisão já inicia o ano com o processo de recomposição gradual de margem conforme esperado.

Em nosso segmento de meios de pagamento nos Estados Unidos, nossas receitas líquidas de vendas se reduziram em 19,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$313,0 milhões contra R\$387,9 milhões para o mesmo período em 2016. Apesar da receita líquida ter reduzido em comparação a 2016, tivemos uma receita aumentando gradativamente ao longo de 2017: 1T com USD 19,6 milhões, 2T com USD 23,8 milhões, 3T com 26,7 milhões e o último trimestre de 2017, tivemos uma receita de USD 28,0 milhões.

Em nosso segmento de sistemas de identificação, nossas receitas aumentaram em 8,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$501,9 milhões, contra R\$461,9 milhões para o mesmo período em 2016. O volume de vendas em nosso segmento de sistemas de identificação aumentou em 10,8%, sendo 24,6 milhões de documentos emitidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a 22,2 milhões de produtos emitidos no mesmo período em 2016. A Receita líquida aumentou principalmente pela operação norte-americana que em 2017 representou 5,1% da Receita Líquida total da divisão contra 3,9% em 2016 com o contrato de Washington passando a operar em sua totalidade a partir do segundo semestre de 2017, e um total de R\$ 1,6 milhões de documentos emitidos no ano. Seguindo nossa estratégia em oferecer aos estados brasileiros soluções completas e seguras na emissão de documentos de identificação e gestão de banco de dados e imagens, assinamos em 2018 o contrato para a emissão da nova carteira de identidade do estado de Goiás, com uma capacidade de 535 mil documentos por ano.

Em nosso segmento de telecom, nossas receitas reduziram em 18,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$359,4 milhões, contra R\$439,5 milhões para o mesmo período em 2016. Nossos volume de vendas reduziram 3,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de 93,8 milhões, contra 108,4 milhões para o mesmo período em 2016. Em um mercado maduro que sofre constantes reduções de preço, temos conseguido manter a rentabilidade principalmente devido ao aumento de volume após a estratégia de globalização da divisão que nos posicionou como o 5º maior vendedor de SIM Cards no mundo. Seguindo nossa estratégia de participarmos de forma mais ativa na era da vida conectada e estarmos preparados para a transição do SIM Card tradicional para o eUICC SIM (embedded SIM), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização (Subscription Manager), em 21 de agosto anunciamos a aquisição de 6,13% das ações da Cubic Telecom Limited por um valor de 10 milhões de euros. A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M (Machine-to-Machine), a qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC – ou embedded SIM ou eSIM – considerada a evolução do SIM Card. Com essa aquisição, estreitamos ainda mais o relacionamento com a Cubic, onde passamos a ter um assento no Board, participação no comitê de tecnologia e a ser o parceiro preferencial para quaisquer novos modelos de negócios e serviços desenvolvidos pela Cubic. Assim, estaremos mais inseridos e ativos no universo IoT. Acompanhando o projeto comercial da Cubic de prover conectividade do setor automotiva China e devido à necessidade de produção local, estamos buscando novos modelos de negócio para produção neste país. Estamos trabalhando fortemente não só para garantirmos a manutenção da nossa lucratividade nos negócios atuais, bem como no desenvolvimento de novas soluções e serviços que farão parte da nossa oferta nos próximos anos.

Em nosso segmento de certificação digital, nossas receitas aumentaram em 27,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$82,1 milhões, contra R\$64,3 milhões para o mesmo período em 2016. Vale lembrar que a Certificadora vem enfrentando um grande desafio de recomposição de rede, pois conforme anunciamos, no final de 2016 não renovamos o contrato com um dos nossos principais clientes que representava 25% do nosso volume de certificados digitais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo de vendas e serviços

Nosso custo de vendas e serviços reduziram 4,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$1.220,9 milhões, contra R\$1.277,2 milhões para o mesmo período em 2016, representando 77,5% e 74,1%, respectivamente, da receita líquida de vendas do período, como resultado dos fatores descritos a seguir:

Em nosso segmento de meios de pagamento, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de microchips, plástico, papel, hologramas, tintas, blocos de assinatura, custos de pessoal e de imóveis. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento, reduziram 12,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$591,0 milhões, contra R\$678,2 milhões para o mesmo período em 2016. Esta redução foi principalmente devido à redução na receita líquida de vendas de 16,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$ 631,0 milhões, contra R\$ 758,2 milhões para o mesmo período de 2016. O custo de vendas representou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 93,7% e 89,4% para o mesmo período em 2016. O custo médio unitário de produção reduziu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016 em função da redução dos custos.

Em nosso segmento de sistemas de identificação, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de papel e custos com pessoal. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento, aumentaram 10,9%, tendo atingido o montante de R\$316,6 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contra R\$285,4 milhões para o mesmo período em 2016. Este aumento é devido, principalmente, pela taxa de serviço do SERPRO (empresa de processamento de dados do Governo Federal que armazena e gerencia as transações sistêmicas para emissão do CNH) que iniciou em fevereiro de 2017. Desta forma, o custo da divisão foi impactado em R\$ 20,1 milhões em 2017.

Em nosso segmento de telecom, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de microchips, plástico, papel, custos de pessoal e de imóveis. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento reduziram 14,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$243,0 milhões, contra R\$284,8 milhões para o mesmo período em 2016. Esta redução foi principalmente devido à redução na receita líquida de vendas de 18,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$ 359,4 milhões, contra R\$ 439,5 milhões para o mesmo período de 2016. O custo de vendas representou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 67,6% e 64,8% para o mesmo período em 2016. O custo médio unitário de produção reduziu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016 em função da redução dos custos.

Em nosso segmento de certificação digital, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de leitores de certificado digital. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento aumentou 144,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$70,4 milhões, contra R\$28,8 milhões para o mesmo período em 2016. Este aumento deve-se principalmente (1) a reclassificação de comissões sobre os representantes que estava classificada em despesas de vendas e foi reclassificada para a rubrica de serviços de terceiros, que compõe o custo de vendas e serviços montante de R\$ 39 milhões e (2) aumento de 3,3% na emissão de certificados digitais.

Lucro bruto

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro bruto reduziu 20,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$353,5 milhões, contra R\$446,6 milhões para o mesmo período em 2016. Nossa margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) reduziu 3,4 pontos percentuais, passando de 25,9% da receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para 22,5% da receita líquida de vendas para o mesmo período em 2017.

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas em todos os segmentos são compostas principalmente de comissões, determinadas como um percentual do preço de venda, que pagamos aos nossos representantes de vendas. Nossas despesas com vendas reduziram 29,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$115,1 milhões, contra R\$163,9 milhões para o mesmo período em 2016. Esta redução foi principalmente no segmento de certificação digital, onde a reclassificação de comissões sobre os representantes que estava classificada em despesas de vendas e foi reclassificada para a rubrica de serviços de terceiros, que compõe o custo de vendas e serviços montante de R\$ 39 milhões. As despesas com vendas representaram 7,3% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 9,5% no mesmo período em 2016.

Despesas administrativas

Nossas despesas administrativas são compostas de despesas com pessoal e outros custos relacionados à manutenção da nossa sede e escritórios em cada um dos mercados em que operamos. Nossas despesas administrativas reduziram 13,1% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$88,1 milhões, contra R\$101,4 milhões para o mesmo período em 2016. Esta redução foi principalmente referente as despesas das empresas localizadas fora do Brasil, que reduziram para R\$48,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contra de R\$57,5 milhões no mesmo período em 2016 devido principalmente pela redução das taxas de câmbio e corte de custos. As despesas administrativas representaram 5,6% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 5,9% no mesmo período de 2016.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nossas outras despesas operacionais, líquidas, são compostas de taxas pagas em conexão com serviços legais e de consultoria relacionados às nossas combinações de negócios e reestruturações. Nossas outras despesas operacionais líquidas reduziram 19,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$54,9 milhões, contra R\$68,1 milhões para o mesmo período em 2016. Esta redução foi principalmente devido a despesas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relacionadas a reestruturação de plantas no Brasil e Estados Unidos no montante de R\$ 18,8 no exercício findo em 2017 e R\$34,1 no mesmo período em 2016.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial reduziu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de (R\$1,7 mil), contra R\$0 mil para o mesmo período em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, pelos resultados advindos da CUBIC.

Lucro antes de receitas e despesas financeiras

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes de receitas e despesas financeiras reduziu 17,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$93,7 milhões, contra R\$113,2 milhões para o mesmo período em 2016.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras aumentaram 39,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$74,1 contra R\$53 milhões para o mesmo período em 2016. Este aumento foi devido, principalmente, a (1) variação cambial sobre os empréstimos no montante de R\$ 28,4 contra R\$0 para o mesmo período em 2016 (2) finalização do leasing da Kodak; No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 atingiu um montante de R\$8,8 milhões e R\$0 no mesmo período em 2016.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras aumentaram 4,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$103,4 milhões, contra R\$98,8 milhões para o mesmo período em 2016. Este aumento foi principalmente devido a (1) um aumento com juros e variação cambial de empréstimos e leasing de R\$ 4,3 milhões, tendo atingido o montante de R\$5,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contra R\$1,4 milhões para o mesmo período em 2016.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social reduziu 4,5% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$64,4 milhões, contra R\$67,4 milhões para o mesmo período em 2016.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Nossos imposto de renda e contribuição social correntes tiveram uma redução de 9,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido um montante de R\$27,2 milhões, contra R\$36,4 milhões para o mesmo período em 2016. Nossa alíquota efetiva de imposto aumentou de 19,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para 56,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este aumento foi principalmente: (1) R\$ 14,7 milhões de adições na base por conta da diferença de alíquota de empresas no exterior.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nossos imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram uma redução de 73,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido um débito de R\$9,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação a um crédito de R\$35,6 milhões para o mesmo período em 2016. Esta redução foi principalmente devido em 2016 ter havido um prejuízo fiscal constituído no Brasil e Estados Unidos no montante de R\$ 36,9 milhões que em 2017 somente foi constituído um montante de R\$ 3,9 milhões.

Lucro do período

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro para o período reduziu 68,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo atingido o montante de R\$27,8 milhões, contra R\$88,4 milhões para o mesmo período em 2016.

(2) Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo 31 de dezembro de 2015

Receita líquida

Nossa receita líquida de vendas aumentou 5,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$1.723,8 milhões, contra R\$1.637,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como resultado dos fatores descritos abaixo.

Abertura da Receita Líquida por Segmento

A discussão a seguir oferece uma divisão de nossa receita líquida por segmento:

Em nosso segmento de meios de pagamento, nossas receitas líquidas reduziram 10,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$758,2 milhões, contra R\$844,8 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com redução no nosso volume total de vendas em 24,1% no para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de 392,9 milhões, contra 517,6 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Nossos resultados para este segmento são descritos abaixo por região geográfica:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em nosso segmento de meios de pagamento na América Latina, nossa receita líquida de vendas reduziu 6,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$370,3 milhões, contra R\$395,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O volume de vendas em nosso segmento de meios de pagamento na América Latina retraiu 6,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de 129,1 milhões, contra 138,5 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esta divisão tem sofrido bastante com a deterioração da economia brasileira nos últimos anos e aumento de desemprego. Para fazer frente a este cenário, estamos trabalhando para ajustar nossa estrutura de custos, com foco em deixá-la mais leve para se beneficiar de uma alavancagem operacional quando os volumes voltarem.

Em nosso segmento de meios de pagamento nos Estados Unidos, nossas receitas líquidas de vendas se reduziram em 13,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$387,9 milhões contra R\$449,4 milhões para o mesmo período em 2015. O mercado de cartões nos Estados Unidos é de aproximadamente 1,3 bilhão de cartões financeiros em circulação, e, em 2016 aproximadamente 50% desta base foi migrada para o cartão EMV ficando evidente que os grandes bancos americanos estavam com estoques elevados de cartões com chip e este volume veio normalizando ao longo do ano. Por isto, entendemos que ainda há espaço para que a migração continue acontecendo, mas de forma mais gradual. Nosso foco principal no mercado americano, além de buscar fazer um melhor volume de chip do que fizemos em 2016, também é o de agregar valor ao que fazemos e o serviço de personalização para bancos pequenos e médios é o que queremos buscar ao longo dos próximos meses.

Em nosso segmento de sistemas de identificação, nossas receitas aumentaram em 7,5% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$461,9 milhões, contra R\$429,8 milhões para o mesmo período em 2015. O volume de vendas em nosso segmento de sistemas de identificação reduziu em 4,7%, sendo 22,2 milhões de documentos emitidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a 23,3 milhões de produtos emitidos no mesmo período em 2015. A queda inesperada de 1,1 milhão documentos em relação ao ano de 2015, acarretou em uma receita menor de aproximadamente R\$ 22 milhões. Associado a isto, ao longo do ano fizemos provisões para perdas no contas a receber que totalizaram R\$ 6,3 milhões. As provisões que realizamos não foram relativas ao faturamento do ano de 2016 e, sim, referentes a exercícios anteriores, onde nossos clientes tiveram dificuldades em realizar os pagamentos por causa da burocracia necessária para tal. Quando olhamos o montante recebido dos nossos clientes ao longo de 2016, está em linha com os valores faturados e acreditamos que os níveis de provisões que realizamos estejam satisfatórios. Apesar dos valores provisionados, gostaríamos de salientar que isto não significa que não temos a expectativa de recebê-los, mas talvez demore mais tempo do que o normal.

Em nosso segmento de telecom, nossas receitas aumentaram em 42,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$439,5 milhões, contra R\$307,8 milhões para o mesmo período em 2015. Em um mercado com constantes reduções de preço, a aquisição da Fundamenture foi fundamental para nos mantermos competitivos e nos tornarmos um importante player no mercado global de SIM Cards, com oportunidades de ganhos de Market share ao longo dos próximos anos. Analisando o resultado das operações fora do Brasil, consolidamos uma Receita Líquida de USD 108,4 milhões, apresentando um crescimento de 78,4% quando comparado aos USD 60,8 milhões apresentados em 2015.

Em nosso segmento de certificação digital, nossas receitas aumentaram em 16,9% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$64,3 milhões, contra R\$55,0 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento foi devido, principalmente, a um acréscimo de 15% no volume de vendas, sendo 477,2 milhões de certificados vendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a 414,8 mil de certificados vendidos no mesmo período em 2015, principalmente em decorrência do crescimento de nossa participação no mercado em número de certificados vendidos no Brasil, que aumentou de 13,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para 14,4% no mesmo período em 2016. Durante o 4T16 não renovamos o contrato com um de nossos principais clientes, que representava parte importante do nosso volume de certificados vendidos. Com isso, estamos trabalhando para expandir diretamente a nossa oferta em algumas cidades importantes do país, buscando recompo o nosso mix ao longo de 2017.

Custo de vendas e serviços

Nosso custo de vendas e serviços aumentou 5,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$1.277,2 bilhão, contra R\$1.206,7 bilhão para o mesmo período em 2015, representando 74,1% e 73,7%, respectivamente, da receita líquida de vendas do período, como resultado dos fatores descritos a seguir:

Em nosso segmento de meios de pagamento, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de microchips, plástico, papel, hologramas, tintas, blocos de assinatura, custos de pessoal e de imóveis. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento, reduziram 7,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$678,2 milhões, contra R\$732,0 milhões para o mesmo período em 2015. Esta redução foi principalmente devido à redução na receita líquida de vendas de 10,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$ 758,2 milhões, contra R\$ 844,8 milhões para o mesmo período de 2015. O custo de vendas representou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 89,5% e 86,7% para o mesmo período em 2015. O custo médio unitário de produção elevou-se no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015 em função da redução nas vendas.

Em nosso segmento de sistemas de identificação, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de papel e custos com pessoal. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento, aumentaram 15,0%, tendo atingido o montante de R\$285,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, contra R\$248,2 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento é devido, principalmente, ao (1) um aumento de R\$30,9 milhões em custos com pessoal, que por sua vez decorre principalmente de um aumento no número de empregados, de 3.359 em 31 de dezembro de 2015 para 3.569 em 31 de dezembro de 2016 e (2) reajuste médio de salário no Brasil entre 9% e 10% nos termos dos acordos sindicais renegociados anualmente nos estados brasileiros em que atuamos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em nosso segmento de telecom, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de microchips, plástico, papel, custos de pessoal e de imóveis. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento aumentaram 40,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$284,7 milhões, contra R\$202,2 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento é devido principalmente do reflexo referente as operações (Resultado da Fundamenture nos 12 meses do exercício findo em 2016 em comparação a 3 meses do exercício findo em 2015).

Em nosso segmento de certificação digital, nossos custos de vendas e serviços são compostos principalmente de leitores de certificado digital. Nossos custos de vendas e serviços neste segmento aumentou 18,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$28,8 milhões, contra R\$24,3 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento deve-se principalmente devido aos custos com pessoal no montante de R\$4,6 milhões referente ao incremento de (1) 15% na emissão de certificados digitais (2) e em 2016 não foi aproveitado a desoneração na folha de pagamento por conta da alteração na legislação (3) reajuste médio de salário no Brasil entre 9% e 10% nos termos dos acordos sindicais renegociados anualmente nos estados brasileiros em que atuamos.

Lucro bruto

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro bruto aumentou 3,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$446,7 milhões, contra R\$430,7 milhões para o mesmo período em 2015. Nossa margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) reduziu 0,4 pontos percentuais, passando de 26,3% da receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para 25,9% da receita líquida de vendas para o mesmo período em 2016.

Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas em todos os segmentos são compostas principalmente de comissões, determinadas como um percentual do preço de venda, que pagamos aos nossos representantes de vendas. Nossas despesas com vendas aumentaram 35,9% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$163,9 milhões, contra R\$120,6 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento foi principalmente no segmento de certificação digital, em que as comissões totalizaram R\$18,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação com R\$11,7 milhões no mesmo período de 2015. Além disso, este aumento reflete os 12 meses de operação da Ex-Fundamenture no montante de R\$ 19,9 milhões (R\$ 25,2 milhões no exercício findo em 2016 e R\$ 5,3 no exercício findo em 2015), devido os resultados da Ex-Fundamenture no exercício de 2015 terem sido considerados apenas três meses (De outubro á dezembro); esta aquisição ocorreu no 4º trimestre de 2015. As despesas com vendas representaram 9,5% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 7,4% no mesmo período em 2015.

Despesas administrativas

Nossas despesas administrativas são compostas de despesas com pessoal e outros custos relacionados à manutenção da nossa sede e escritórios em cada um dos mercados em que operamos. Nossas despesas administrativas aumentaram 5,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$101,4 milhões, contra R\$95,8 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento foi principalmente referente as despesas das empresas localizadas fora do Brasil, que aumentaram para R\$57,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, contra de R\$49,5 milhões no mesmo período em 2015 devido principalmente pela aquisição da Ex-Fundamenture. As despesas administrativas representaram 5,9% da nossa receita líquida de vendas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 5,9% no mesmo período de 2015.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nossas outras despesas operacionais, líquidas, são compostas de taxas pagas em conexão com serviços legais e de consultoria relacionados às nossas combinações de negócios e reestruturações. Nossas outras despesas operacionais líquidas aumentaram 161,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$68,1 milhões, contra R\$26,0 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento foi principalmente devido a despesas relacionadas a reestruturação de plantas no Brasil e Estados Unidos no montante de R\$ 34,1 no exercício findo em 2016 e R\$0 no mesmo período em 2015.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial reduziu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$0 mil, contra (R\$ 78) mil para o mesmo período em 2015. Essa redução foi devida, principalmente, pela venda da ex-coligada M4U (na qual detínhamos uma participação de 30%).

Lucro antes de receitas e despesas financeiras

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes de receitas e despesas financeiras reduziu 39,8% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$113,2 milhões, contra R\$188,1 milhões para o mesmo período em 2015.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras reduziram 48,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$53,0 contra R\$102,6 milhões para o mesmo período em 2015. Esta redução foi devida, principalmente, a (1) uma redução da taxa SELIC, de 14,25% em 31 de dezembro de 2015 para 13,75% em 31 de dezembro de 2016 (2) finalização dos contratos de mútuos; No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 atingiu um montante de R\$57,7 milhões e R\$0 no mesmo período em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras reduziram 15,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$98,8 milhões, contra R\$116,8 milhões para o mesmo período em 2015. Esta redução foi principalmente devido a (1) uma redução da taxa SELIC, de 13,75% em 31 de dezembro de 2016 para 14,25% em 31 de dezembro de 2015, que reduziu de modo geral a taxa CDI, com a qual uma parcela significativa de nossa dívida está relacionada, (2) um aumento de 6,7% em nosso saldo devedor decorrente de debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing, passando de R\$ 751,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 a um saldo devedor de R\$801,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, incluindo uma redução de 2,3% no saldo de nossa dívida denominada em dólar norte-americano, tendo atingido o montante de US\$114,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, contra US\$116,9 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social reduziu 61,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$67,4 milhões, contra R\$173,9 milhões para o mesmo período em 2015.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Nossos imposto de renda e contribuição social correntes tiveram uma redução de 26,2% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido um montante de R\$36,4 milhões, contra R\$49,3 milhões para o mesmo período em 2015. Nossa alíquota efetiva de imposto diminuiu de 25,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para 19,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nossos imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram um aumento de 1.098,5% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido um crédito de R\$35,6 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação a um crédito de R\$2,9 milhões para o mesmo período em 2015. Este aumento foi principalmente devido ao prejuízo fiscal constituído no Brasil e Estados Unidos.

Lucro do período

(3) Como resultado dos fatores descritos acima, nosso lucro para o período reduziu 33,6% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo atingido o montante de R\$88,4 milhões, contra R\$133,1 milhões para o mesmo período em 2015.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Nossa principal fonte de liquidez e recursos de capital é o caixa gerado pelas nossas operações e empréstimos, incluindo empréstimos bancários de curto e longo prazo e emissão de debêntures.

Nossas principais aplicações de recursos são:

- aquisições;
- pagamento de dividendos e outras distribuições aos acionistas; e
- despesas de capital e outros investimentos.

Historicamente, atendemos às nossas necessidades de financiamento do dia-a-dia principalmente através do caixa gerado pelas nossas operações e temos financiado algumas de nossas aquisições através de empréstimos bancários.

INVESTIMENTOS E GASTOS DE CAPITAL

Nossos principais investimentos referem-se a investimentos em controladas e coligadas, ágio gerado pela aquisição de empresas e investimentos em ativos intangíveis.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos menos os passivos assumidos) e, se inferior, um ganho na compra vantajosa é reconhecido nos lucros ou prejuízos à data de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2017, realizamos investimentos de R\$ 46,5 milhões, uma redução de 52,3% em relação aos R\$97,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2017, R\$ 46,5 milhões relativos a despesas de capital em ativos imobilizado e intangível, uma diminuição de 52,3 % em relação aos R\$ 97,4 milhões investidos até 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, realizamos investimentos de R\$ 97,4 milhões, um aumento de 83,5% em relação aos R\$589,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2016, R\$ 97,4 milhões relativos a despesas de capital em ativos imobilizado e intangível, uma diminuição de 6,1 % em relação aos R\$ 103,7 milhões investidos até 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXOS DE CAIXA

A divisão do nosso fluxo de caixa por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento encontra-se prevista na tabela abaixo para os períodos apresentados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	em milhões de R\$		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	394,8	241,3	181,1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	81,9	223,1	230,9
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(94,0)	(30,4)	(585,0)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(92,4)	(24,6)	404,6
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira	6,6	(14,6)	9,7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	296,9	394,8	241,3

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$81,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado a R\$223,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esta redução foi devido, principalmente, (i) por conta do lucro antes dos impostos terem reduzido 41,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, (ii) variação dos ativos e passivos terem reduzidos 128,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, principalmente por : (ii.1) Variação do contas á receber que teve uma redução de 930,7% ; (ii.2) outras contas á receber com uma redução de 384,6% e (ii.3) Fornecedores com uma redução de 147,3%.

O caixa líquido utilizado em nossas atividades de investimento foi de R\$94,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$30,4 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$63,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 deveu-se principalmente:(i) Valores recebidos na alienação de investimento no montante de R\$67,0 milhões devido a venda da M4U.

O caixa líquido utilizado em nossas atividades de financiamento foi de R\$ 92,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$24,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esta mudança deveu-se principalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ter ocorrido as elevadas transações á seguir: (i) Pagamento de empréstimos de R\$153,8 milhões acima quando comparamos com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e (ii) Captação de dívidas de R\$ 73,3 milhões acima quando comparamos com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$ 223,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$230,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esta redução foi devido, principalmente, por conta do lucro antes dos impostos terem reduzido 37,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O caixa líquido utilizado em nossas atividades de investimento foi de R\$30,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$585,0 milhões no exercício findos em 31 de dezembro de 2015. Esta redução de R\$554,6 milhões deveu-se principalmente pelas seguintes aquisições que ocorreram somente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015: (i) pagamento de R\$338,5 milhões para a aquisição do grupo Fundamenture, (ii) pagamento de R\$123,5 milhões pela aquisição da Marketing Software Company; (iii) pagamento de R\$22,3 milhões para aquisição de negócios da Valid Secure Packaging.

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades de financiamento foi de (R\$ 24,6) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$404,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esta mudança deveu-se principalmente somente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 terem ocorridos elevadas transações á seguir: captação dos recursos na emissão de ações que totalizaram o montante de R\$380,8 líquidos dos custos de transação e as captações de empréstimos através da subsidiária Valid USA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizando o montante de R\$193,0 da seguinte forma: (i) um empréstimo de US\$44,0 milhões (equivalentes a R\$136,8 milhões) concedido pelo Banco Bradesco para financiar parcialmente a aquisição da Marketing Software Company; (ii) empréstimo de US\$10,0 milhões (equivalentes a R\$29,9 milhões) junto ao HSBC para honrar compromissos e adquirir ativos imobilizados; (iii) empréstimo de US\$10,0 milhões (equivalentes á R\$26,0 milhões) concedidos pelo Itaú BBA para financiar parcialmente a aquisição da Valid Secure Packaging.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial: descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para fins de administração, nós dividimos nossas operações em unidades de negócios, baseadas em produtos e serviços. Nossos quatro segmentos operacionais são descritos abaixo:

- **Meios de Pagamento:** O segmento de meios de pagamento é composto, principalmente, por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e gift cards. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.
- **Sistemas de identificação:** O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.
- **Telecom:** Nosso segmento de telecomunicações oferece uma gama de soluções simples, tais como bilhetes de loteria instantânea (raspadinhas), amplamente usadas em telefones celulares pré-pagos, até cartões inteligentes com a tecnologia mais recente. O segmento é composto, principalmente, por SIM cards usados na telefonia celular, cartões indutivos usados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis, tais como bilhetes de transporte público e micropagamentos.
- **Certificação digital:** Nosso segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para a emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e certificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, garantindo a necessária autenticidade, integridade, privacidade e validade legal. Complementamos nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação das autoridades certificadoras e de registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificado de atributo, e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por segmento para os períodos indicados, excluindo transações entre segmentos:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(Em milhões de R\$)		
Meios de pagamento.....	631,0	758,2	844,7
América Latina.....	318,0	370,3	395,4
Estados Unidos ⁽¹⁾	313,0	387,9	449,3
Sistemas de identificação	501,9	461,8	429,8
Telecom.....	359,4	439,5	307,9
Certificação digital	82,1	64,3	55,0
Total⁽²⁾.....	1.574,4	1.723,8	1.637,4

(1) Iniciamos a expansão de nosso segmento de meios de pagamento nos Estados Unidos em meados de 2012.

(2) Reflete a eliminação de transações intersegmentos.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por segmento como um percentual de nossa receita líquida para os períodos indicados, excluindo transações intersegmentos:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(percentual da receita líquida)		
Meios de pagamento.....	40,1	44,0	51,6
América Latina.....	20,2	21,5	24,1
Estados Unidos ⁽¹⁾	19,9	22,5	27,4
Sistemas de identificação	31,9	26,8	26,2
Telecom.....	22,8	25,5	18,8

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Certificação digital	5,2	3,7	3,4
Total⁽²⁾	100,0	100,0	100,0

Para maiores informações acerca da evolução da Receita Líquida por divisão nos 3 últimos exercícios sociais, ver seção 10.1.h.

Divisão Geográfica

A Companhia e suas investidas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados dos Árabes, Índia, Taiwan e Indonésia.

Adicionalmente, nós apresentamos em nossas demonstrações financeiras uma divisão geográfica dos vários componentes de nossas demonstrações financeiras.

Para maiores informações acerca da evolução da Receita Líquida por divisão geográfica nos 3 últimos exercícios sociais, ver seção 10.1.h desta proposta da administração.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida pela localização de nossas operações nos períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(Em milhões de R\$)		
Brasil.....	866,9	863,1	849,5
Estados Unidos.....	368,2	419,1	493,2
EMEA*.....	244,2	342,1	170,2
Outros países.....	95,1	99,5	124,5
Total.....	1.574,4	1.723,8	1.637,4

(*)Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia e Espanha.

A tabela a seguir expõe a divisão de nossa receita líquida por localização das nossas operações como um percentual da receita líquida para os períodos indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(percentual da receita líquida)		
Brasil.....	55,0	50,1	51,9
Estados Unidos.....	23,4	24,3	30,1
EMEA*.....	15,5	19,8	10,4
Outros países.....	6,1	5,8	7,6
Total.....	100,0	100,0	100,0

(*)Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia e Espanha.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Assim como 2016, o ano de 2017 apresentou enormes desafios nos mercados em que a Valid atua. Por diferentes motivos e em diferentes regiões, enfrentamos um mercado com maior restrição de demanda e contínua pressão por preços. Entretanto, mesmo nesse cenário, ao analisarmos a evolução dos trimestres em 2017, podemos constatar uma estabilização dos volumes de venda. Esse ponto de inflexão nos mercados, associado às ações de ganho de eficiência implementados a partir de 2017, nos deixam confiantes para buscarmos uma recuperação de margem gradual ao longo de 2018. Do lado da eficiência operacional e otimização de processos, os principais movimentos que finalizamos em 2017 foram a unificação de plantas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. No Brasil, encerramos a produção em Barueri, e transferimos a operação de impressão de segurança (cheques) para São Bernardo do Campo

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

e realizaremos a transferência da operação de personalização de cartões para Sorocaba, onde será centralizada toda a produção brasileira de cartões. Nos Estados Unidos consolidamos a produção de cartões plásticos de duas plantas para uma planta modernizada. Ambos os projetos tiveram como objetivo principal a otimização de toda a cadeia produtiva de cartões gerando eficiência, preservando aquilo que acreditamos ser nosso principal diferencial, que é a qualidade dos nossos produtos e serviços, além de flexibilidade e conveniência de atendimento aos nossos clientes.

Ao longo de 2017, também trabalhamos com consultores em projetos com foco na avaliação do nosso footprint global e de que forma podemos compartilhar nossas estruturas, padronização dos nossos processos fabris para ganharmos ainda mais produtividade, análise da nossa cadeia de suprimentos visando a maior redução dos nossos custos com aquisição de matérias-primas e gastos indiretos.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos firmados entre a Companhia e os órgãos públicos Estaduais preveem reajustes de preços baseados nos índices de inflação IPC-A e IGP-M. As receitas da Companhia podem ser influenciadas pela variação cambial decorrentes da nossa presença nos Brasil, Argentina, Espanha, México, Uruguai, Colômbia, Estados Unidos, Dinamarca, Ásia, África e Oriente Médio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

As variações nas taxas de juros e câmbio influenciam diretamente o saldo a pagar da dívida consolidada da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional:

Não ocorreram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devida à introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Em reunião realizada em 16 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 6,13% do capital social da empresa Cubic Telecom Limited ("Cubic") através da subsidiária Valid Espanha pelo valor de EUR10.000 (equivalentes a R\$37.147 na data de aquisição). A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M, o qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC - ou embedded SIM ou eSIM - considerada a evolução do cartão SIM. Seus principais clientes atuam nos setores automotivo, empresas de tecnologia e varejo. A Cubic foi fundada em 2009 por Barry Napier, atual presidente e acionista majoritário. A Cubic é inovadora, totalmente focada no cliente e com capacidade de desenvolvimento de aplicações e serviços feitos sob medida para o universo IoT. Um dos segmentos que mais tem avançado na análise dos benefícios do IoT através do eSIM é o setor Automotivo. Nesse sentido, a VALID está reforçando sua estratégia neste mercado ao estreitar ainda mais o relacionamento com a Cubic, na qual a Companhia representa o principal parceiro para prover o eSIM e a plataforma de personalização remota das subscrições dos clientes da Cubic. A estratégia da Companhia é estar preparada para a transição do Simcard tradicional para o eUICC Sim (embedded Sim), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização (Subscription Manager). Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de EUR8.339 (equivalentes a R\$30.978).

Em 2 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da sua controlada Interprint, de 31,17% das ações do Grupo Uram pelo valor total de US\$300 mil (equivalentes a R\$1.120 na data da aquisição, concluída em 8 de outubro de 2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US\$255 mil (equivalentes a R\$952 na data de aquisição), quando foi identificada mais valia alocável na rubrica de carteiras de clientes no montante US\$46 mil, no qual a Interprint detém US\$14 mil (equivalente a R\$55). Em 25 de janeiro de 2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US\$400 mil (equivalente a R\$1.640 naquela data) na Uram, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%. A Uram está estabelecida na cidade de Buenos Aires, Argentina, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (Fixed Wired Telephony); (ii) solução de Canal de Marketing pelo SIM Card; (iii) solução de Mobile Banking; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do SIM card; e (vi) solução de Backup de agenda do SIM card.

Em 2 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da sua controlada Interprint, de 31,17% das ações da Inemator pelo valor total de US\$75 mil (equivalentes a R\$280 na data da aquisição, concluída em 8 de outubro de 2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US\$55 mil (equivalentes a R\$207 na data de aquisição), quando foi identificada mais valia alocável na rubrica de carteiras de clientes no montante US\$15 mil, no qual a Interprint detém US\$5 mil (equivalente a R\$18). Em 25 de janeiro de 2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US\$100 mil (equivalente a R\$410 naquela data) na Inemator, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%. A Inemator está estabelecida na cidade de Montevideu, Uruguai, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (Fixed Wired Telephony); (ii) solução de Canal de Marketing pelo SIM Card; (iii) solução de Mobile Banking; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do SIM card; e (vi) solução de Backup de agenda do SIM card.

Em 27 de agosto de 2015, a controlada Interprint celebrou com a Cielo S.A. um contrato de compra e venda de ações, para alienação da totalidade da sua participação acionária no capital da Multidisplay, representada por 30% do total das ações, pelo valor de R\$60.000. A conclusão da operação dependia do atendimento de certas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em novembro de 2015, o CADE emitiu o parecer de nº 391, de 2015, favorável à operação e em 27 de junho de 2016, foi concedida pelo Banco Central a última autorização necessária para a conclusão da operação. Em 4 de julho de 2016, foi liquidado em caixa o montante de R\$66.988, gerando um ganho de capital bruto no montante de R\$40.081.

Em 2 de setembro de 2015, a controlada Valid Espanha celebrou um contrato de compra e venda com as empresas Cheltenham Beteiligungs AG e Soltop APS, sociedades constituídas sob as leis da Alemanha e Dinamarca (em conjunto denominadas "Vendedoras"), respectivamente, para aquisição da totalidade das ações da Fundamenture A/S ("Fundamenture"). A Fundamenture atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de smart cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para SIM cards e gerenciamento de software e soluções para operadoras de telefonia móvel. A aquisição da Fundamenture pela Valid Espanha foi concluída em 6 de outubro de 2015. A Fundamenture está sediada na Dinamarca e está presente na Europa, Ásia, África e Oriente Médio.

O valor da aquisição é representado pelo montante de US\$90.697 mil (equivalentes a R\$349.791) pagos à vista pela Valid Espanha às Vendedoras, acrescido do valor justo do earn-out a ser pago, em 2018, que poderá chegar a um

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

montante máximo de US\$48.300 mil. O valor justo estimado do earn-out na data de aquisição foi de US\$589 mil (equivalente a R\$2.272 naquela data).

Com essa aquisição, a administração da Companhia objetivou a busca de ganhos de escala para continuar competitiva com um melhor posicionamento no mercado global de SIM Cards, melhorando as oportunidades de negócios de gerar receita e lucratividade para as operações. Após a aquisição, passamos de 13º para 6º no ranking global de produtores de Sim Cards. Os resultados da Fundamenture, passaram a ser consolidados a partir do 4º trimestre de 2015.

A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2015, a aquisição de 100% do capital social da Marketing Software Company, LLC, estabelecida em Los Angeles, Califórnia, através da subsidiária Valid USA, Inc, pelo valor de US\$40,5 milhões (equivalente a R\$123,5 milhões líquidos de caixa adquirido na data de aquisição). Esta empresa atua no ramo de serviços de soluções de marketing de bancos de dados altamente efetivos.

Com essa aquisição, a Companhia complementará os atuais serviços de dados Business-to-Business, acrescentará as soluções Business-to-Consumer ao portfólio de modo a oferecer funcionalidades de solução essenciais aos nossos atuais clientes. Isso reforça ainda mais nossa filosofia de sermos uma empresa focada no cliente.

A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2015, uma aquisição de negócio através da aquisição, pela Valid USA (por meio de sua controlada, Valid Secure Packaging), de substancialmente todos os ativos e assunção de determinados passivos da Card Cells LLC, estabelecida em Saint Paul, Estado de Minnesota, nos Estados Unidos da América pelo valor de US\$8,4 milhões (equivalente R\$22,3 milhões na data de aquisição).

A Valid Secure Packaging oferece serviços de secure fulfilment (controle e gestão dos estoques) aos mercados de cartões pré-pagos de segurança, gift cards e cartões recarregáveis em geral. A administração avalia que a transação não representa impacto significativo no âmbito das demonstrações financeiras e no resultado do emissor.

c) eventos ou operações não usuais:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não aplicável para os anos apresentados.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não aplicável para os anos apresentados.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 não apresentaram ênfase no parecer dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 não apresentaram ênfase no parecer dos auditores. Houve dois riscos significativos apresentados que foram: Consolidação das informações financeiras das empresas controladas ("componentes") e Reconhecimento de receita.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 não apresentaram ênfase no parecer dos auditores. Houve dois riscos significativos apresentados que foram: Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios e Reconhecimento de receita.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão divulgadas a seguir:

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas (coletivamente denominadas "Companhia e suas investidas"), cuja participação percentual na data dos balanços está apresentada a seguir:

Controladas	Denominação	% de participação					
		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
1. Trust Administração e Participações Ltda.	Trust	-	-	-	-	-	-
2. Valid Participações Ltda.	Valid Par	100	-	100	-	-	100
3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Argentina	97,4	2,6	97,4	2,6	4,4	97,4
4. Interprint Ltda.	Interprint	100	-	100	-	-	100
4.1. Valid Certificadora Digital Ltda.	Certificadora	-	100	-	100	100	-
4.2. Solpyr Investment S.A.	Valid Uruguai	-	100	-	100	100	-
4.3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. de México	Valid México	-	100	-	100	100	-
4.4. Grupo URAM S.R.L.	URAM	-	51	-	51	-	-
4.5. Inemator S.A.	Inemator	-	51	-	51	-	-
5. Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação	Valid Sucursal	100	-	100	-	-	100
6. Valid Soluciones Tecnológicas	Valid Espanha	100	-	100	-	-	100
6.1. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.S.	Valid Colômbia	-	100	-	100	100	-
6.2. Valid USA, Inc.	Valid USA	-	100	-	100	100	-
6.2.1. ScreenCheck North America, LLC	Screencheck	-	100	-	100	100	-
6.2.2. Valid Secure Packaging, Inc	VSP	-	100	-	100	100	-
6.2.3. Marketing Software Company, LLC	MSC	-	100	-	100	100	-
6.3. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S)	Valid A/S	-	100	-	100	100	-
6.3.1. Valid Logistics Limited Mauritius.	Valid Logistics	-	100	-	100	100	-

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

6.3.2. Logos Solvo Limited Mauritius	Logos Solvo	-	100	-	100	100	-
6.3.3. Valid Holding Denmark Aps	Valid Holding	-	100	-	100	100	-
6.3.3.1. Logos Smart Card Denmark A/S	Logos Denmark	-	100	-	100	100	-
6.3.3.2. Valid Panamá Inc.	Valid Panamá	-	100	-	100	100	-
6.3.3.3. Valid Europe AS Denmark	Valid Europe	-	100	-	100	100	-
6.3.3.4. Valid Technologies Solutions Aps	Valid Technologies Solutions	-	100	-	100	100	-
6.3.3.5. Valid South Africa (Pty)Ltd	Valid South Africa	-	70	-	70	70	-
6.3.3.6. Valid Africa Ltd	Valid Africa	-	100	-	100	100	-
6.3.3.7. Valid Middle East FZE U.A.E.	Valid Middle East	-	100	-	100	100	-
6.3.3.8. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Valid Technologies Índia	-	99,9	-	99,9	99,9	-
6.3.3.9. Valid Asia Pte Ltd Singapore	Valid Singapore	-	100	-	100	100	-
6.3.3.10. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	-	99	-	99	99	-
6.3.3.11. Valid Investment Pte Singapore	Valid Investment	-	100	-	100	100	-
6.3.3.12. Valid Card Manufacturing Taiwan Ltd	Valid Taiwan	-	51	-	51	51	-
6.3.4. Logos Smart Card (Asia) Pte. Ltd Singapore	Logos Singapore	-	100	-	100	100	-
6.3.5. Logos Smart Card (Mauritius) Ltd Mauritius	Logos Mauritius	-	100	-	100	100	-

1. Trust: empresa adquirida em setembro de 2006, com sede no estado do Paraná, Brasil, que tem como principal operação, a produção de bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel.

2. Valid Par: empresa constituída em agosto de 2007, com sede no estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

3. Valid Argentina: empresa adquirida em agosto de 2007, com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, líder na comercialização de cartões bancários e de cartões inteligentes (Simcards) no mercado argentino, e exportadora de seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai.

4. Interprint: empresa adquirida em maio de 2008, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, e de governo. Seu portfólio de produtos inclui, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros. Possui como controladas diretas as empresas Valid Certificadora, Valid México, Grupo Uram S.R.L ("Grupo Uram") e Inemator S.A. e ("Inemator") e Valid Uruguai, localizadas no Brasil, México, Argentina e Uruguai respectivamente.

4.1. Valid Certificadora: empresa constituída em junho de 2011, com sede no estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e.

4.2. Valid Uruguai: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na cidade de Montevideu, Uruguai, atua na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com chip e cartões inteligentes em geral.

4.3. Valid México: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na Cidade do México (Distrito Federal), México, atua na área de serviços de cartões inteligentes em geral.

4.4. Inemator: adquirida influência significativa em 2 de outubro de 2015 e controle em 25 de janeiro de 2016, tem sede na cidade de Montevideu, Uruguai, atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário.

4.5. Uram: adquirida influência significativa em 2 de outubro de 2015 e controle em 25 de janeiro de 2016, tem sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário.

5. Valid Sucursal: empresa constituída em dezembro de 2015, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, que tem como objeto atuar como um bureaux comercial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

6. Valid Espanha: empresa adquirida em fevereiro de 2010, com sede em Madrid, Espanha, atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. Tem como controladas diretas as empresas Valid Colômbia, Valid USA e Fundamenture.

6.1. Valid Colômbia: empresa constituída em abril de 2014, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, atua como um bureaux comercial.

6.2. Valid USA: empresa adquirida em abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos da América, atua nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações móveis e identificação. Tem como controladas diretas as empresas ScreenCheck, VSP e MSC.

Investidas	Localidade	Atividade principal
Screencheck	Indiana, USA	Oferece soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o workflow de acordo com as regras do AAMV, adaptável a diferentes projetos na área de identificação.
VSP	Saint Paul, Minnesota, USA	Atua no ramo de serviços de secure fulfilment (controle de gestão dos estoques) aos mercados de pré-pago de segurança, gift cards e cartões recarregáveis em geral.
MSC	Los Angeles, Califórnia, USA	Atua no ramo de serviços de soluções de marketing de bancos de dados altamente efetivos

6.3. Valid A/S (antiga “Fundamenture A/S”): empresa adquirida em outubro de 2015, localizada na Dinamarca que atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de smart cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para SIM cards e gerenciamento de software e soluções para operadoras de telefonia móvel. A Valid A/S possui 5 controladas diretas e 12 controladas indiretas (em conjunto com a Valid A/S, “Grupo Fundamenture”), conforme apresentado a seguir:

Controlada	Direta/Indireta	Localidade	Atividade principal
Valid Logistics	Direta	Dinamarca	Matriz de compras (Supply Chain)
Logos Solvo	Direta	Mauritius	Serviço de desenvolvimento de aplicações para empresas do grupo
Valid Holding Denmark	Direta	Dinamarca	Holding
Logos Denmark	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em software
Valid Panamá	Indireta	Panamá	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Europe	Indireta	Dinamarca	Holding
Valid Technologies Solutions	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em software
Valid South Africa	Indireta	África do Sul	Venda de sim cards e soluções em software. Prestar serviços de gestão para Bluefish Africa.
Valid Africa	Indireta	Mauritius	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Middle East	Indireta	Emirados Árabes Unidos (Dubai)	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Technologies India	Indireta	Índia	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Technologies Asia	Indireta	Singapura	Venda de sim cards e soluções em software
Valid Technologies Indonesia	Indireta	Indonésia	Venda de sim cards
Valid Investment Private Limited	Indireta	Singapura	Empresa para investimento
Valid Card Manufacturing Taiwan	Indireta	Taiwan	Central produtiva de sim cards
Logos Singapore	Direta	Singapura	Venda de sim cards e soluções em software. Prestar serviços de gestão de logística para Fundamenture Logistics.
Logos Mauritius	Direta	Mauritius	Venda de soluções em software para operadores de redes móveis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, quando aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa sem a controlar.

O investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia e suas controladas no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, na proporção da participação adquirida, é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento.

A demonstração do resultado, individual e consolidada, reflete a parcela detida pela Companhia nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação não controladora na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia e suas investidas em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam sua própria moeda funcional, e naquelas cujas as moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média, em conformidade com o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2), equivalente à IAS 21.

a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações e atualizadas pelas taxas de câmbio da data da divulgação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Empresas do Grupo

Moedas funcionais da Companhia e suas principais investidas:

Investidas	Moeda funcional
Valid	Real
Trust	Real
Valid Participações	Real
Valid Argentina	Peso Argentino
Interprint	Real
Certificadora	Real
Valid Uruguai	Peso Uruguiaio
Valid México	Peso Mexicano
Uram	Peso Argentino
Inemator	Peso Uruguiaio
Valid Sucursal	Peso Colombiano
Valid Espanha	Euro
Valid Colômbia	Peso Colombiano
Valid USA	Dólar Americano
Screencheck	Dólar Americano
VSP	Dólar Americano
MSC	Dólar Americano
Grupo Valid A/S (antigo "Grupo Fundamenture") (*)	Dólar Americano

(*) Cada empresa do Grupo Valid A/S possui sua moeda funcional determinada com base nas suas operações individuais, no entanto, a moeda funcional dólar é a mais representativa para o Grupo Valid A/S.

Os ativos e passivos das controladas com moeda funcional diferente do "Real" são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma dessas controladas, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos através de aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação.

As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas investidas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas investidas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Venda de serviços

A receita de venda de serviços é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor dos impostos diferidos ativos é revisado na data de cada período de relatório e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos – A Companhia e suas investidas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas investidas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e suas investidas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas investidas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas investidas têm o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda. A Companhia e suas investidas possuem ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas investidas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e suas investidas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos – A Companhia e suas investidas reconhecem títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas investidas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. São classificados nas categorias de outros passivos ao custo amortizado ou passivos ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas investidas possuem passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia e suas investidas baixam seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia não possui instrumentos derivativos nos exercícios reportados.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida ou a receber é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas investidas consideram como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas investidas são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas investidas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e a taxas médias ponderadas dos exercícios reportados, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são inicialmente registrados ao custo, e são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as condições estabelecidas no CPC 04 (R1), equivalente à IAS 38, com base nos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas investidas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram identificadas perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações da Companhia e suas investidas são atualizadas pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

Arrendamento

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas investidas têm uma obrigação presente (legal ou presumida) que possa ser estimada de maneira confiável como consequência de um evento passado, e seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem efeitos significativos relativos à sazonalidade em suas operações.

Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras o valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

Transações envolvendo pagamento em ações

A Companhia possui para um determinado grupo de funcionários (executivos seniores), um plano de remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que estes funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais.

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

O custo de transações com estes funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio.

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes ao prêmio, mas sem uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição. Condições de não aquisição estão refletidas no valor justo do prêmio e levam ao lançamento imediato do prêmio como despesa a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis. Onde prêmios incluem um mercado ou condição de não aquisição, as operações são tratadas como investido independentemente de o mercado ou condição de não aquisição é satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços são satisfeitos.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de concessão do prêmio sem modificações, desde que estejam reunidas as condições iniciais do prêmio. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais. Se uma condição é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento restante do valor justo do prêmio é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante.

Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação da Companhia, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Distribuição de dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos são divulgados nas atividades de financiamentos.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas investidas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam retorno de seus investimentos.

Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - surge quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas investidas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com risco de realização.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível - a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício.

Provisão para participação nos lucros – mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor justo de instrumentos financeiros - quando os valores justos de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros

Provisão para reestruturação – Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os principais contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. A Companhia e suas investidas não têm a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir estão divulgados os principais compromissos não canceláveis assumidos pela Companhia e suas investidas referentes a arrendamentos operacionais.

Compromisso de arrendamento operacional não cancelável

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Até um ano	9.344	15.084	22.979	14.380
De um a cinco anos	11.697	18.100	52.687	41.684
Mais de cinco anos		-	48.739	56.646

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Até um ano	15.084	13.896	14.380	22.543
De um a cinco anos	18.100	47.800	41.684	78.090
Mais de cinco anos	-	3.010	56.646	60.483

A Companhia não possui passivos reconhecidos em relação aos contratos de arrendamento operacional por entender que estes não são onerosos.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Valid não possui carteiras de recebíveis baixadas sob as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Valid não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada

A Valid não possui contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Valid não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Conforme ocorrer a apropriação dos pagamentos mínimos dos contratos de arrendamento firmados pela Administração da Companhia, os mesmos impactarão as despesas da Controladora e Consolidado conforme aging de pagamentos ilustrados no item 10.6.a(i).

b) natureza e o propósito da operação:

Nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2015, 2016 e 2017 a natureza e o propósito da operação são:

Aluguéis dos imóveis: Basicamente possuem a finalidade de alocação do corpo administrativo e de vendas essenciais para manter o controle e gestão financeira da operação.

Aluguéis de máquinas e equipamentos: Importantes na estratégia de Companhia para a produção/ geração de receita.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Natureza	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis de imóveis:	108.276	128.796	126.692
Até um ano	14.019	20.233	14.671
De um a cinco anos	45.519	51.918	51.538
Mais de cinco anos	48.738	56.645	60.483
Aluguel de máquinas e equipamentos	16.128	17.091	34.424
Até um ano	8.960	9.231	7.872
De um a cinco anos	7.168	7.860	26.552
Mais de cinco anos	-	-	-
Total	124.404	145.887	161.116

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Continuamos trabalhando fortemente no controle de custos e otimização dos nossos processos. Nos mostramos assertivos ao entrar no mercado norte-americano ao final de 2012. Ao longo de 2013, passamos por um longo processo de investimentos, reestruturação e adequações buscando espelhar nossos produtos e serviços hoje oferecidos no Brasil. Já em 2014, produzimos aproximadamente 33 milhões de cartões com chip, o que nos possibilitou melhorar nossas margens e a rentabilidade das operações. Vencemos nosso primeiro contrato para emissão de carteiras de motorista para um Estado norte-americano e em 2015 iniciamos o fornecimento de SIM Cards para esse mercado.

Através de aquisições e novas parcerias tecnológicas, mantemos nossa estratégia de nos tornarmos um fornecedor “one-stop shop” dentro dos seguimentos em que atuamos. Alinhado a estes princípios, anunciamos e concluímos em janeiro de 2015 a aquisição de substancialmente todos os ativos e assunção de determinados passivos da Card Cells, o que nos possibilitará entrar no mercado de cartões pré-pagos bandeirados nos EUA. Já somos hoje, capazes de oferecer soluções seguras para pagamentos através de smartphones que, eventualmente, serão demandados pelo mercado. Ademais, em junho de 2015, foi também anunciada e concluída a aquisição da Marketing Software Company, LLC, com vistas à expansão da atuação da Companhia na área de marketing de dados digitais em grande escala. Em setembro de 2015, anunciamos a aquisição da Fundamenture, o que nos possibilitou tornarmos um importante fornecedor mundial de SIM Cards.

O ano de 2016 foi bastante desafiador. A desaceleração da economia brasileira e a alta taxa de desemprego afetaram os nossos negócios no mercado local como nunca tínhamos visto, onde até o volume de documentos emitidos caiu de maneira inesperada (-1,1 milhão de documentos emitidos em relação a 2015), sendo um dos principais responsáveis para que o EBITDA no Brasil encolhesse em R\$ 44 milhões na comparação com 2015. Associado as razões macroeconômicas que afetaram nossos negócios no Brasil, a desaceleração da migração dos cartões financeiros nos EUA também contribuiu para a nossa performance aquém do esperado em 2016.

Para fazer frente a estes problemas macro e a instabilidade do mercado mundial e do nosso setor de atuação, o que temos feito é trabalhar incansavelmente na busca por eficiência operacional e otimização dos nossos processos internos, com foco em reforçar a nossa presença mundial e portfólio diversificado de soluções junto aos nossos clientes.

Do lado da eficiência operacional e otimização de processos, os principais movimentos que realizamos foram a unificação de plantas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. No Brasil, encerramos a produção em Barueri, e transferimos a operação de impressão de segurança (cheques) para São Bernardo do Campo e a transferência da operação de personalização de cartões para Sorocaba, onde será centralizada toda a produção brasileira de cartões. Nos Estados Unidos consolidamos a produção de cartões plásticos de duas atuais plantas para uma planta modernizada. Conforme anunciado anteriormente, ambos os projetos têm como objetivo principal a otimização de toda a cadeia produtiva de cartões gerando eficiência, preservando aquilo que acreditamos ser nosso principal diferencial, que é a qualidade dos nossos produtos e serviços, além de flexibilidade e conveniência de atendimento aos nossos clientes.

No final de 2016, contratamos consultores para nos apoiar, ao longo de 2017, em projetos com foco na avaliação do nosso footprint global e de que forma podemos compartilhar nossas estruturas, padronização dos nossos processos fabris para ganharmos ainda mais produtividade, análise da nossa cadeia de suprimentos visando a maior redução dos nossos custos com aquisição de matérias-primas e gastos indiretos.

Em 2017, seguindo nossa estratégia de participarmos de forma mais ativa na era da vida conectada e estarmos preparados para a transição do SIM Card tradicional para o eUICC SIM (embedded SIM), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização (Subscription Manager), em 21 de agosto anunciamos a aquisição de 5,39% das ações da Cubic Telecom Limited por um valor de 10 milhões de euros.

A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M (Machine-to-Machine), a qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC – ou embedded SIM ou eSIM – considerada a evolução do SIM Card. Com essa aquisição, estreitamos ainda mais o relacionamento com a Cubic, onde passamos a ter um assento no Board, participação no comitê de tecnologia e a ser o parceiro preferencial para quaisquer novos modelos de negócios e serviços desenvolvidos pela Cubic. Assim, estaremos mais inseridos e ativos no universo IoT.

ii. fontes de financiamento dos investimentos e,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A maioria dos investimentos são financiados através de recursos gerados pela atividade operacional da Companhia. Entendemos que, caso tenhamos oportunidades de investimentos que requeiram fontes alternativas de financiamento, estas poderão ser utilizadas devido ao nosso baixo grau de endividamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

O investimento na Incard, detido pela Companhia através da sua subsidiária Interprint, refere-se a uma joint venture com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos chips para a produção de smart cards e produtos correlatos.

Em 27 de março de 2013, a Interprint denunciou o Joint Venture Agreement, firmado em 3 de abril de 2002 com a empresa Incard S.A., pelo fato do mesmo não vir alcançando os propósitos nele estabelecidos e abdicou dos cargos da diretoria e órgãos de governança que tinha direito, o que configurou a perda do controle conjunto nesta investida. A Companhia e os acionistas controladores da Incard vêm discutindo o desfecho e a Valid através de sua subsidiária Interprint constituiu em 31 de dezembro de 2014, uma provisão de 100% do valor do seu investimento na Incard devido à incerteza na realização do mesmo.

Em 27 de agosto de 2015, a controlada Interprint celebrou com a Cielo S.A. um contrato de compra e venda de ações, para alienação da totalidade da sua participação acionária no capital da Multidisplay, representada por 30% do total das ações, pelo valor de R\$60.000. A conclusão da operação dependia do atendimento de certas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em novembro de 2015, o CADE emitiu o parecer de nº 391, de 2015, favorável à operação e em 27 de junho de 2016, foi concedida pelo Banco Central a última autorização necessária para a conclusão da operação. Em 4 de julho de 2016, foi liquidado em caixa o montante de R\$66.988, gerando um ganho de capital bruto no montante de R\$40.081.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2015, a aquisição de 100% do capital social da Marketing Software Company, LLC, estabelecida em Los Angeles, Califórnia, através da subsidiária Valid USA, Inc, pelo valor de US\$40,5 milhões (equivalente a R\$123,5 milhões líquidos de caixa adquirido na data de aquisição). Esta empresa atua no ramo de serviços de soluções de marketing de bancos de dados altamente efetivos.

Em 2 de setembro de 2015, a controlada Valid Espanha celebrou um contrato de compra e venda com as empresas Cheltenham Beteiligungs AG e Soltop APS, sociedades constituídas sob as leis da Alemanha e Dinamarca (em conjunto denominadas "Vendedoras"), respectivamente, para aquisição da totalidade das ações da Fundamenture A/S ("Fundamenture"). A Fundamenture atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de smart cards, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para SIM cards e gerenciamento de software e soluções para operadoras de telefonia móvel. A aquisição da Fundamenture pela Valid Espanha foi concluída em 6 de outubro de 2015. A Fundamenture está sediada na Dinamarca e está presente na Europa, Ásia, África e Oriente Médio.

O valor da aquisição é representado pelo montante de US\$90.697 mil (equivalentes a R\$349.791) pagos à vista pela Valid Espanha às Vendedoras, acrescido do valor justo do earn-out a ser pago, em 2018, que poderá chegar a um montante máximo de US\$48.300 mil. O valor justo estimado do earn-out na data de aquisição foi de US\$589 mil (equivalente a R\$2.272 naquela data).

Em 2016 não houve nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes.

Em reunião realizada em 16 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 6,13% do capital social da empresa Cubic Telecom Limited ("Cubic") através da subsidiária Valid Espanha pelo valor de EUR10.000 (equivalentes a R\$37.147 na data de aquisição).

A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M, o qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC - ou embedded SIM ou eSIM - considerada a evolução do cartão SIM. Seus principais clientes atuam nos setores automotivo, empresas de tecnologia e varejo. A Cubic foi fundada em 2009 por Barry Napier, atual presidente e acionista majoritário. A Cubic é inovadora, totalmente focada no cliente e com capacidade de desenvolvimento de aplicações e serviços feitos sob medida para o universo IoT.

Um dos segmentos que mais tem avançado na análise dos benefícios do IoT através do eSIM é o setor Automotivo. Nesse sentido, a VALID está reforçando sua estratégia neste mercado ao estreitar ainda mais o relacionamento com a Cubic, na qual a Companhia representa o principal parceiro para prover o eSIM e a plataforma de personalização remota das subscrições dos clientes da Cubic.

A estratégia da Companhia é estar preparada para a transição do Simcard tradicional para o eUICC Sim (embedded Sim), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização(Subscription Manager).

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de EUR8.339 (equivalentes a R\$30.978).

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não se aplica..

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No ano de 2017, foram gastos R\$ foram gastos R\$16,2 milhões com a equipe de P&D. Sendo: R\$3,0 milhões, R\$9,3 e R\$3,9 milhões com as equipes alocadas na Espanha, Dinamarca e Colômbia. No ano de 2016, foram gastos R\$ foram gastos R\$17,5 milhões com a equipe de P&D. Sendo: R\$6,7 milhões e R\$10,8 milhões com as equipes alocadas na Espanha e Dinamarca.

No ano de 2016, foram gastos R\$ foram gastos R\$17,5 milhões com a equipe de P&D. Sendo: R\$6,7 milhões e R\$10,8 milhões com as equipes alocadas na Espanha e Dinamarca. No ano de 2015, foram gastos R\$6,7 milhões com a equipe de P&D. Sendo: R\$4,2 milhões e R\$2,5 milhões com as equipes alocadas na Espanha e Dinamarca.

No ano de 2015, foram gastos R\$6,7 milhões com a equipe de P&D. Sendo: R\$4,2 milhões e R\$2,5 milhões com as equipes alocadas na Espanha e Dinamarca. No ano de 2014, foram gastos R\$8,1 milhões com a equipe de P&D, que está alocada na Espanha e focada no desenvolvimento de soluções para o mercado de telefonia móvel.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção, que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.